



PLAS

**Plano de Assistência Social
do Município de TERESINA
2014 – 2017**



**PREFEITURA DE
TERESINA**



PREFEITURA DE TERESINA

**SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL - SEMTCAS**

PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA

2014 - 2017

JANEIRO/ 2014



PREFEITURA DE TERESINA

PREFEITO DE TERESINA

Firmino da Silveira Soares Filho

SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Francisco Carlos de Macedo Rocha

CHEFE DE GABINETE

Maria Excelsa Teixeira

ASSESSORIA TÉCNICA

Teresa Cristina Moura Costa

ASSESSORIA TÉCNICA

Marfisa Martins Mota de Moura

ASSESSORIA JURÍDICA

Francisco Celso Rêgo Marques

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Maria Ilziane Virgínia da Silva

GERENTE DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rosilene Marques Sobrinho de França

GERENTE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Marcus Vinicius Pacheco de Araújo

GERENTE DE PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA E BENEFÍCIOS

Luiza de Marilac Lima da Silva

GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Janaina Lucélia Oliveira de Carvalho

GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Iracilda Alves Braga

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Máximo Filipe Lima Soares

GERENTE DE FUNDOS

Valderez Vieira da Paz Mendes

GERENTE FINANCEIRO

Francisco Albanilto Ponte Filho

Maria Helena Leal Lopes

Elaboração:

Coordenação de Planejamento/GSUAS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
LISTA DE SIGLAS	06
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS	07
1. REALIDADE SOCIAL DE TERESINA	08
2. OS TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA	12
3. OBJETIVOS	20
4. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	22
5. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	22
5.1 MÉDIA COMPLEXIDADE	23
5.2 ALTA COMPLEXIDADE	24
6. APOIO AOS CONSELHOS	24
7. GESTÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
8. METAS E AÇÕES	25
9. RECURSOS HUMANOS	30
10. CONTROLE SOCIAL	34
11. RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS PARA ASSISTENCIA SOCIAL	34
12. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	36
13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	38
14. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	40
15. REDE SOCIOASSISTENCIAL DE TERESINA	40
16. BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	45



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS) é o órgão do poder executivo municipal responsável legalmente pelo planejamento, coordenação e execução da Política de Assistência Social, fundamentada na Lei Federal 8.742/93 (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social/PNAS, Norma Operacional Básica do SUAS /NOB, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, dentre outros.

Deste modo, a SEMTCAS tem a missão institucional de formular, implantar, regular, executar, monitorar e avaliar a política municipal de assistência social em Teresina, como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em articulação com órgãos públicos federal, estadual e municipal e com entidades não governamentais, implementado assim, a assistência social como política de direitos de proteção social com gestão plena e operada através de comando único com ação descentralizada, considerando as especificidades sócio-territoriais do município através da organização e gestão da rede sócio assistencial municipal, composta pela totalidade dos benefícios, serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais existentes em sua área de abrangência, contribuindo para a inclusão com equidade dos usuários da assistência social e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócioassistenciais básicos e especiais e, possibilitando oportunidades para a conquista de autonomia, sustentabilidade e protagonismo dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidades e riscos sociais.

Em Teresina a gestão da política de assistência social se desenvolve por meio da Proteção Social Básica, voltada a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e Proteção Social Especial voltada às famílias, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência em risco social e com direitos violados.

Para operacionalizar a política de assistência social a estrutura organizacional da SEMTCAS abrange o gabinete da titular da Pasta, Gerências de Proteção Social Básica e Especial, Gestão do SUAS, Gestão dos Programas de Renda Mínima, Gestão de Fundos, Gestão Financeira, Gerência Administrativa e de Gerência de Sistemas de Informação, além de assessorias técnica, jurídica e de comunicação social.

Para operacionalização do SUAS a SEMTCAS conta com uma rede composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pela SEMTCAS ou em parceria com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços socioassistenciais em Teresina, utilizando como principais instrumentos de gestão da política de assistência social o Plano Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e, o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.



LISTA DE SIGLAS

ASA - Ação Social Arquidiocesana
BPC - Benefício de Prestação Continuada – BPC
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializada de Assistência Social
CENTRO POP - Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
CMDM - Conselho Municipal da Mulher
CMLGBT - Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travetis e Transsexuais
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CONADE-TE – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos
CT - Conselho Tutelar
ESF- Estratégia de Saúde da Família
FMS – Fundação Municipal de Saúde
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNACI-Fundação Pe. Antonio Dante Civiero
GSUAS – Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
GPSB - Gerência de Proteção Social Básica
GPSE - Gerência de Proteção Social Especial
GPRM - Gerência de Programa de Renda Mínima
IDF - Índice de Desenvolvimento de Família
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IGD - Índice de Gestão Descentralizada
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LA – Liberdade Assistida
LAC - Programa Liberdade Assistida Comunitária
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF - Programa Bolsa Família
PCDIF - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
PIB - Produto Interno Bruto
PNAS – Plano Nacional de Assistência Social
PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB - Proteção Social Básica
PSE - Proteção Social Especial
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação
SEMTCAS – Secretaria Municipal do trabalho, Cidadania e de Assistência Social
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos
SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social
SISMAC - Sistema Municipal de Arquivamento dos Cadastros do Cadúnico .
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS - Sistema Único de Assistência Social



LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

TABELA I - INCIDÊNCIA DE POBREZA

TABELA II - DADOS SOCIECONÔMICOS DE CRAS

TABELA III - QUANTITATIVOS DE RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERESINA

TABELA IV- VÍNCULO EMPREGATÍCIO X QUANTIDADE

TABELA V - SERVIDORES EFETIVOS X PROFISSÃO/QUANTIDADE

GRÁFICO I- DIAGNÓSTICO POPULACIONAL

GRÁFICO II- ASPECTOS EDUCACIONAIS

GRÁFICO III - ACESSO A RENDA

GRÁFICO IV - DOMICÍLIOS E SANEAMENTO BÁSICO

GRÁFICO V – INFORMAÇÕES DADOS SOCIECONÔMICOS SOBRE OS TERRITÓRIOS DE TERESINA

GRÁFICO VI - VÍNCULO EMPREGATÍCIO X QUANTIDADE

GRÁFICO VII - SERVIDORES CONCURSADOS/EFETIVOS X NÍVEL DE ESCOLARIDADE

GRÁFICO VIII - SERVIDORES CONCURSADOS/EFETIVOS X PROFISSÃO/ QUANTIDADE

MAPA I - TERRITÓRIOS NORTE I, II, III e IV

MAPA II - TERRITÓRIOS SUL I, II, III e IV

MAPA III - TERRITÓRIOS LESTE I, II, III e IV

MAPA IV - TERRITÓRIOS SUDESTE I, II, III e IV

QUADRO I - TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA

QUADRO II - RÇAMENTO PREVISTA PARA 2014 - 2017

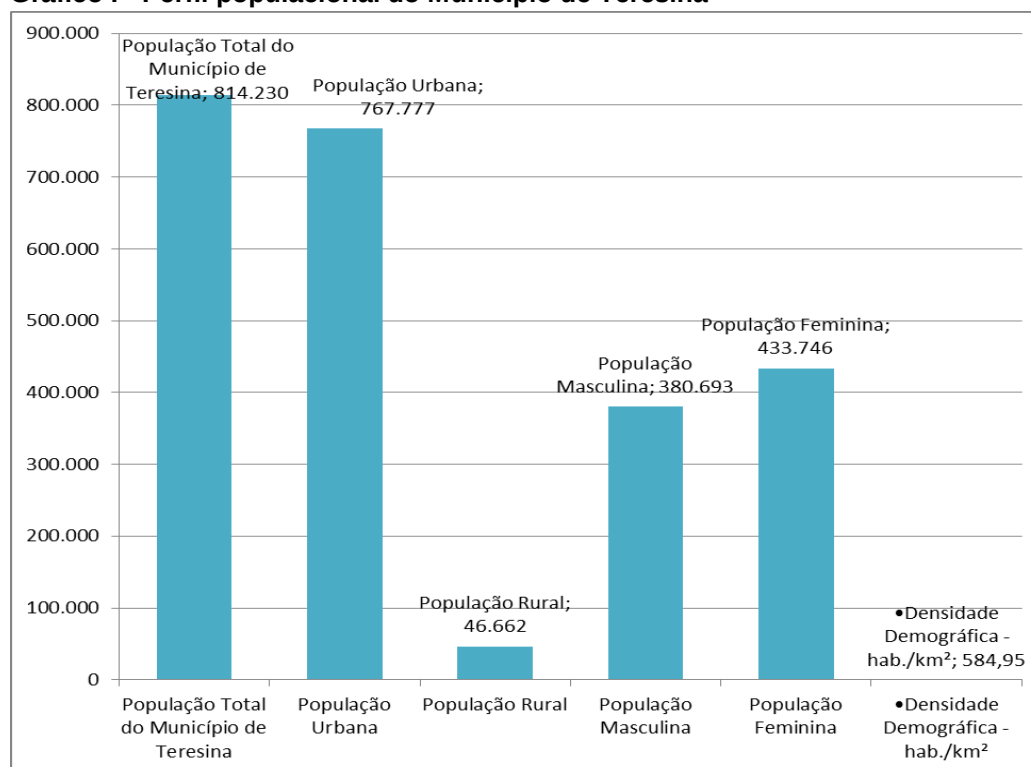


1 REALIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA

Teresina, capital do Piauí possui 814.230 habitantes, sendo a 15ª maior capital de estado da federação e 19ª maior cidade do Brasil com densidade demográfica de 482,8 hab./km², representando cerca de 30% da população piauiense e 45% de sua economia. Situada no bioma cerrado e caatinga entre os rios Poti e Parnaíba, Teresina ocupa a 8ª posição dentre as capitais brasileiras quanto ao tamanho da área territorial. Com a 19ª economia das capitais brasileiras, o Produto Interno Bruto (PIB) de Teresina representa cerca 40% do PIB do estado, calculado em R\$ 8,7 bilhões (dados de 2009), figurando, conseqüentemente, como o município mais rico do estado, o 8º da Região Nordeste, e o 51º município do Brasil com maior PIB. Na economia, a capital piauiense se destaca pela indústria têxtil e de confecções que exporta para outras regiões e gera cerca de dez mil empregos. O município tem também indústrias de bebidas, móveis, cerâmica, medicamentos, montadoras de bicicletas, entre outras. Apesar disso, Teresina ocupa a quarta pior posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, (IDH), em relação às demais capitais do país, com 0,73.

De acordo com os dados do IBGE (2010), o município de Teresina apresenta uma população urbana acima de 90% do total de habitantes, cuja urbanização ocorreu por meio de um processo contínuo, crescente e desordenado, que evidencia um conjunto de vulnerabilidades sociais que afetam famílias e um significativo contingente populacional.

Gráfico I- Perfil populacional do Município de Teresina



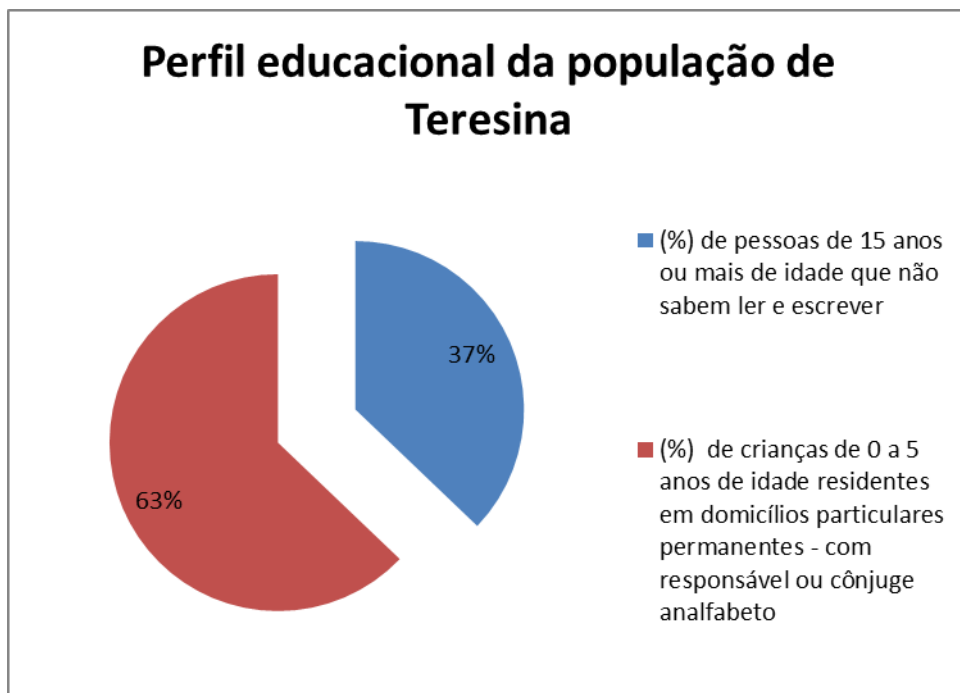
Fonte: IBGE (2010)



PREFEITURA DE TERESINA

O gráfico 01 mostra que Teresina possui uma população de 814.230 hab., sendo 767.777 na zona urbana (94,3%) e 46.662 na zona rural (5,7%). A população masculina totaliza 380.693 (46,8%) e a feminina 433.746 (53,3%), com uma densidade demográfica de 584,95 hab./km².

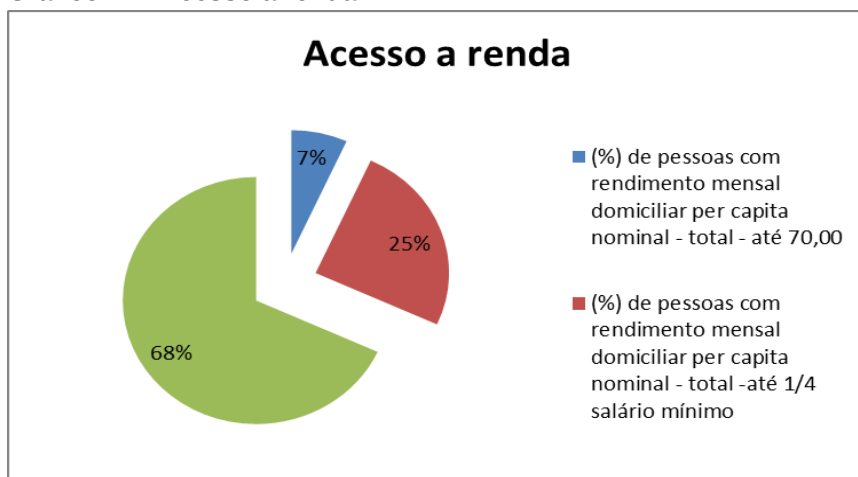
Gráfico II- Aspectos educacionais



Fonte: IBGE (2010)

Em relação aos aspectos educacionais, o gráfico 02 mostra que 9,1% da população de Teresina é constituída de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever e 15,4% é de crianças de 0 a 5 anos de idade, residentes em domicílios particulares permanentes, com responsável ou cônjuge analfabeto.

Gráfico III – Acesso a renda



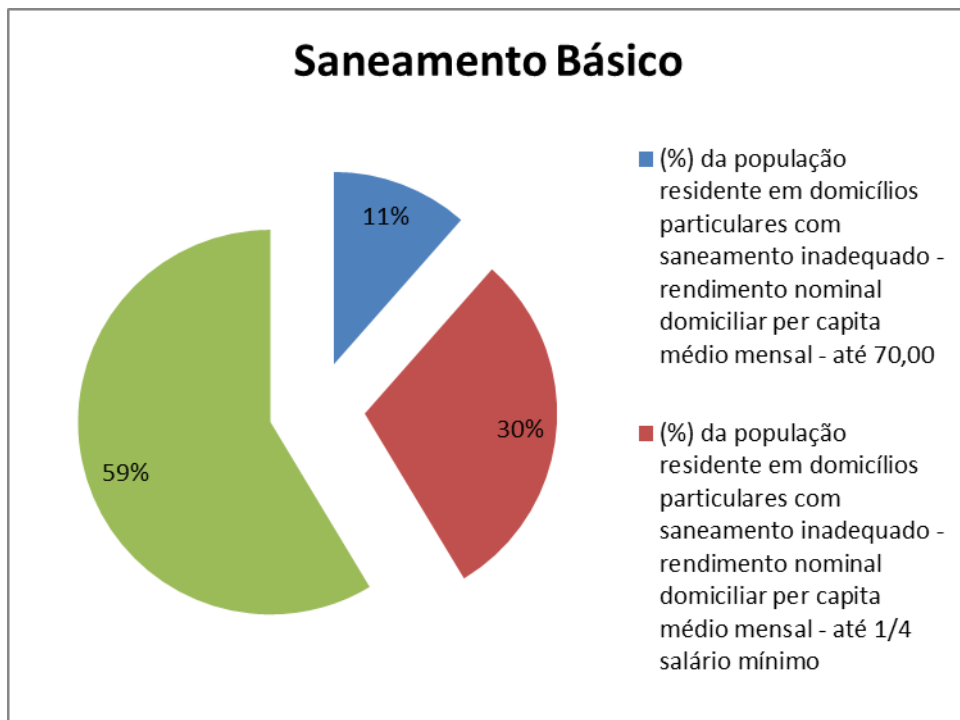
Fonte: IBGE (2010).



PREFEITURA DE TERESINA

O gráfico 03 mostra a existência de 4,2% da população com rendimento mensal domiciliar per capita nominal de até 70,00 reais, sendo que 15,5% possuem rendimento mensal domiciliar per capita nominal de até 1/4 salário mínimo e 42,2% possuem rendimento mensal domiciliar per capita nominal de até 1/2 salário mínimo.

Gráfico IV - Saneamento básico



Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 04 mostra que 15,2% da população residente em domicílios particulares com saneamento inadequado possuem rendimento nominal domiciliar per capita médio mensal até 70,00 reais, sendo que 39,5 %da população residente em domicílios particulares com saneamento inadequado tem rendimento nominal domiciliar per capita médio mensal de até 1/4 salário mínimo. Por outro lado, 77,5% da população residente em domicílios particulares com saneamento inadequado possuem rendimento nominal domiciliar per capita médio mensal de até 1/2 salário mínimo .

TABELA I - INCIDÊNCIA DE POBREZA

POPULAÇÃO	
Incidência da Pobreza	47.39%
Índice de GINI	0.50
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH – M (PNUD/ IPEA-2000)	0,73
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM:	0,7914
Nº de beneficiários do Programa Bolsa Família em abril/ 2014	69.090

Fonte: IBGE (2010)



PREFEITURA DE TERESINA

Por outro lado, Teresina obteve o 10º maior IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) com 0,8376 entre as capitais brasileiras, representando alto desenvolvimento (emprego e renda 0,8884, saúde 0,8525 e educação 0,7719). Esta análise foi feita com base em dados de 2009. Na economia local predomina o comércio varejista e atacadista (50%), seguido pela prestação de serviços (33,33%) e atividades industriais (16,66%).

Atualmente Teresina vive um momento de efervescência econômica devido ao expressivo número de grandes empresas instaladas no município. Segundo o IBGE (2010), o comércio varejista piauiense, impulsionado pela Capital, registrou em setembro/09 a maior variação do país em volume de vendas, se comparado ao mesmo período em 2008, destacando-se a expansão da indústria da moda que vem expandindo-se e já empregava 17 mil pessoas neste período.

Apesar das potencialidades apresentadas, analisando Teresina no contexto regional e nacional, de acordo com os dados do IBGE, esta ainda é parte do quadro dos locais de grandes vulnerabilidades sociais no Nordeste e no Brasil, sendo considerável a assimetria existente na apropriação da renda, o que a coloca em 8º lugar dentre as capitais nordestinas e 26º lugar dentre as capitais brasileiras e do Distrito Federal com proporção de pobres, fazendo-se necessário o fortalecimento das políticas que favorecem a melhoria da qualidade de vida de pessoas e famílias.

Conforme dados IBGE/2010 Teresina é uma cidade tipicamente urbana onde vive mais de 94% da população sendo mais de 50% do sexo feminino. A mulher tem, assim, um papel preponderante na sociedade e na família, pois dentre os responsáveis por domicílios particulares permanentes 70,3% de mulheres ocupa a posição de único responsável.

A capital do Piauí possui 15,5% de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita nominal total de até 1/4 salário mínimo e 42,2% com rendimento mensal domiciliar per capita nominal total até 1/2 salário mínimo. Faz parte do quadro vulnerabilidades locais crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios particulares com 15,4% com o responsável ou cônjuge analfabeto.

No que diz respeito aos índices de vulnerabilidade familiar, observa-se que Teresina possui 6,9 % de mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores; 7,2% de mulheres adolescentes de 15 a 17 anos com filhos; 51,7% de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (MDS, 2008), em Teresina foram identificadas 370 pessoas em situação de rua, apresentando o seguinte perfil: 76,2% do sexo masculino; 46,4% na faixa etária de 45 a 59 anos; 30,9% concluíram o 1º grau; 69,9% dormiam na rua; 8,6% passaram a viver na rua por estar



PREFEITURA DE TERESINA

desempregado; 6,5% por problemas familiares; 6,8% por motivo de trabalho; 57,6% não responderam a questão.

Segundo a pesquisa, o trabalho e renda dessas pessoas contemplavam atividades de catador de material reciclável (18%), flanelinha (15,5%), aposentado (7,5%) e pedinte (10,8%). Apesar da existência do programa de transferência ainda persiste quantidade considerável de famílias em situação de vulnerabilidades e riscos no município de Teresina.

Considerando as potencialidades que possui, bem como a necessidade de enfrentamento das desigualdades e problemas sociais ora apresentados Teresina vem traçando um caminho rumo ao desenvolvimento de seus habitantes por meio da inclusão cidadã mediante o fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social articulada e integrada às demais políticas de educação, saúde, emprego e renda, garantia de direitos, dentre outras.

De acordo com o SUAS (2005), a assistência social enquanto política social faz a referência e a contrarreferência das ações voltadas para os segmentos e grupos sociais vulneráveis em decorrência de pobreza, fragilizações de vínculos, precarizações e violências. O papel da assistência social consiste em promover, sobretudo, as relações sociais potencializadoras do acesso a direitos e a bens socialmente construídos, sendo, necessariamente uma política intersetorial com estreita relação com as políticas públicas de saúde, educação, habitação e geração de emprego e renda.

Em conformidade com o formato institucional da política de assistência social as proteções de acolhida, convívio e renda apresentam-se como elementos indispensáveis ao enfrentamento dessas vulnerabilidades sociofamiliares, que, a partir de 2005 em Teresina são afiançadas no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com ações organizadas em níveis de complexidade (Proteção Social Básica e Especial) e operacionalizadas a partir da definição de territórios, hierarquias, vínculos e responsabilidades de um conjunto integrado de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, visando fortalecer a capacidade protetiva da família (TERESINA, 2007).



2 OS TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA

O município de Teresina possui 17 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 04 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), localizados nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social, possuindo uma rede Socioassistencial que abrange as zonas administrativas norte, sul, leste e sudeste.

A Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social de Teresina oferta serviços de Proteção Social Básica nos territórios de CRAS situados em áreas de maior vulnerabilidade social, cuja abrangência envolve bairros, vilas parques e residenciais na zona urbana e rural, referenciando a 85.000 famílias.

Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) atendem anualmente em média 3.840 pessoas/ famílias. A distribuição espacial da população residente nas áreas de abrangência de CRAS e CREAS apresenta uma concentração maior nos locais mais distantes do centro urbano denominados de vilas e residenciais, locais estes com maior carência de equipamentos e serviços socioassistenciais.

:

TABELA VI - DADOS SOCIECONÔMICOS DOS TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERESINA

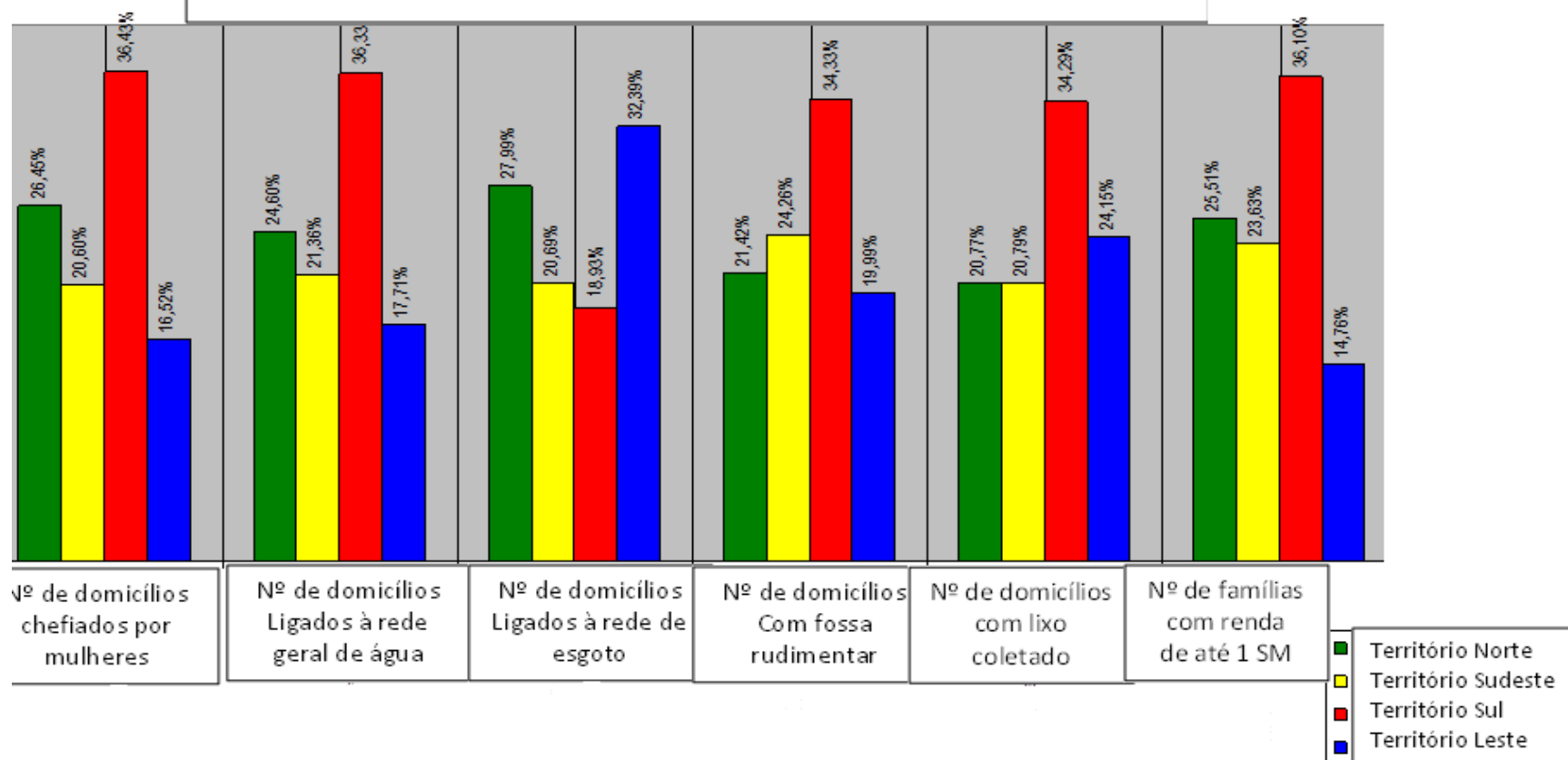
TERRITÓRIOS	POPULAÇÃO ANO 2010	%	Nº de domicílios ocupados -2010	Nº de domicílios c/ mulheres responsáveis- 2010	%	Domicílios ligados a rede geral / Água 2010	%	Nº de domicílios ligados à rede de esgotos 2010	%	Domicílios com fossa rudimentar 2010	%	Nº de domicílios com lixo coletado 2010	%	Nº Domicílio Rendimento Até 1 SM 2010	%
NORTE	220.850	25,37	59.179	29.436	26,45	56.770	24,60	13.621	27,99	14.460	21,42	48.934	20,77	37.605	25,51
SUDESTE	183.890	21,12	50.301	22.930	20,60	49.303	21,36	10.070	20,69	16.375	24,26	48.978	20,79	34.839	23,63
SUL	306.839	35,24	85.051	40.546	36,43	83.841	36,33	9.210	18,93	23.173	34,33	80.795	34,29	53.224	36,10
LESTE	159.092	18,27	43.405	18.380	16,52	40.881	17,71	15.759	32,39	13.498	19,99	56.888	24,15	21.751	14,76
TOTAL	870.671	100,00	237.936	111.292	100,00	230.795	100,00	48.660	100,00	67.506	100,00	235.595	100,00	147.419	100,00

Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.



PREFEITURA DE TERESINA

Informações sobre os territórios da
cidade de Teresina



Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.

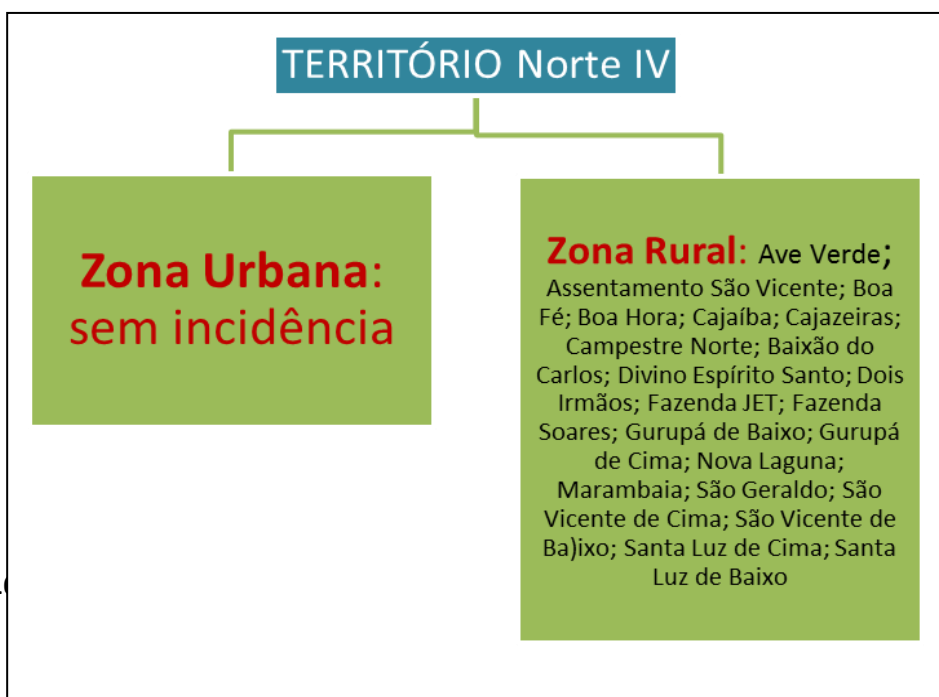


PREFEITURA DE TERESINA

De acordo com os dados de população de 2010/IBGE Teresina possuía 870.671 habitantes, sendo 25,37 % situado no território do CRAS Norte, 21,12% no CRAS Sudeste, 35,24 no CRAS Sul e 18,27% no CRAS Leste. Destaca-se a região sul como a de maior contingente populacional, correspondendo 306.839 habitantes, onde 36,10% residem em domicílio com rendimento de até 1 salário mínimo. Verifica-se neste mesmo território a maior taxa de mulheres responsáveis por domicílios 36,43%, bem como a mais elevada taxa de domicílio com fossa rudimentar (34,44%) e como menor número de residências (18,93 %) ligado à rede de esgoto. Estes dados demonstram a situação de vulnerabilidade a que está exposta a população.

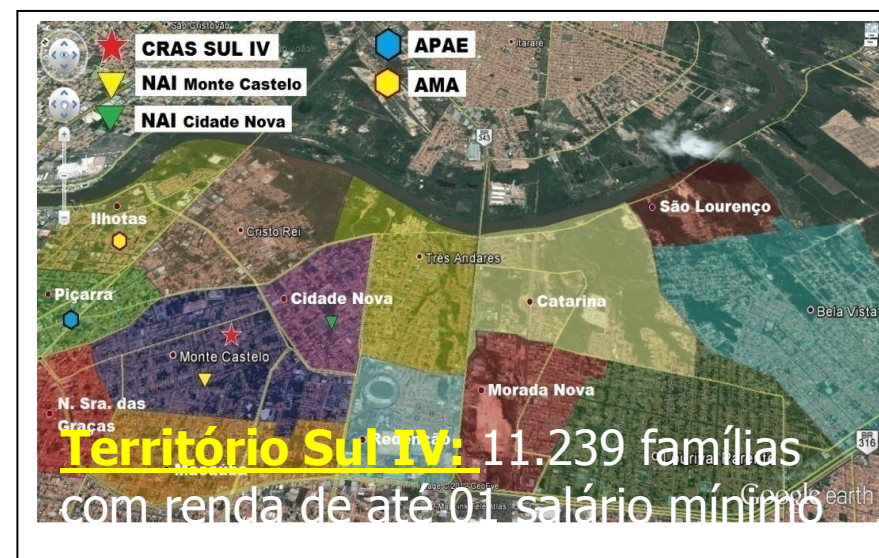
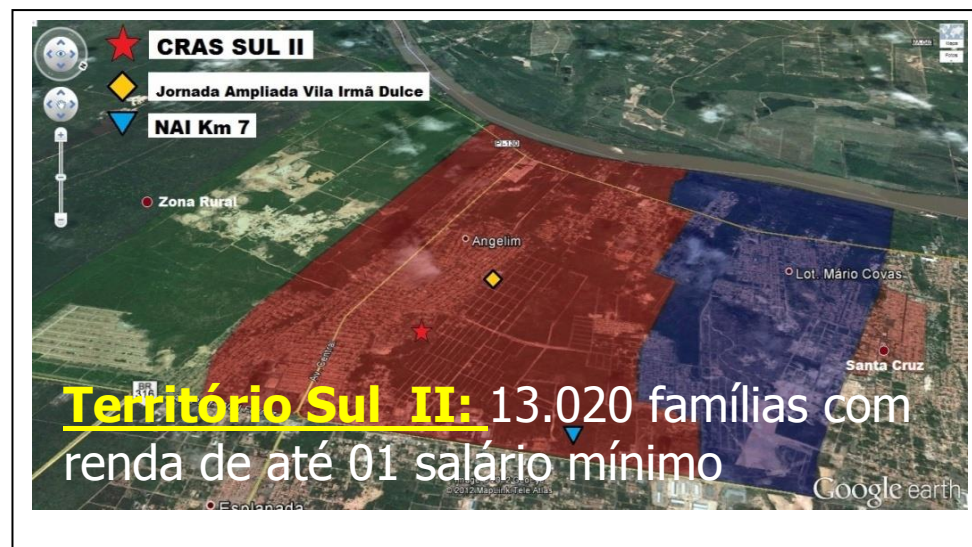
MAPA 1: Territórios Norte I, II, III e IV

b



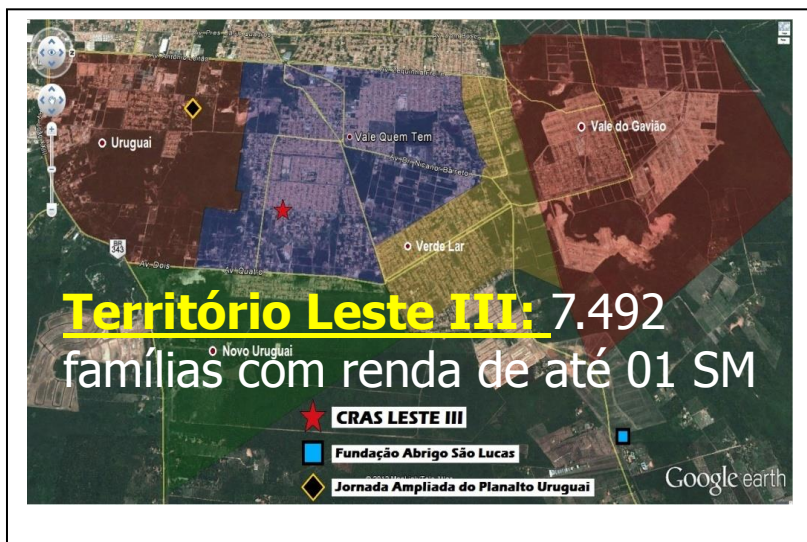


MAPA 2: Territórios Sul I, II, III e IV





MAPA 3: Territórios Leste I, II, III e IV





MAPA 4: Territórios Sudeste I, II, III e IV





PREFEITURA DE TERESINA

Quadro 01: Territórios da assistência social de Teresina: dados sobre população, domicílio, saneamento básico e renda

TERRITÓRIOS BAIRROS	VILAS E RESIDENCIAIS	POPU LAÇÃO ANO 1991	POPU LAÇÃO ANO 2010	Nº de domicí s ocupados -2010	Nº de domicí s c/ mulheres responsá veis- 2010	Domicílios ligados à rede geral Água 2010	Nº de domicí s ligados à rede de esgotos 2010	Domicílios com fossa rudimentar 2010	Nº de domicílios com coletado 2010	Nº Domicílio Rendimento Até 1 SM 2010
LESTE I MORROS NOVA TERESINA PEDRA MOLE SOCOPO TABAJARAS ZOOBOTÂNICO	VILA DO AVIÃO, PARQUE ANITA FERRAZ, CIDADE JARDIM, VILA MEIO NORTE, VILA NOVA I, VILA SÃO JOSÉ DO ALTO BONITO, VILA PARIS, VILA CEL. C. LIMA (NOVO SOCOPO)	6.028	20.773	5.462	2.476	5.044	247	4.765	4.669	4.449
LESTE II CAMPESTRE MORADA DO SOL PIÇARREIRA PORTO DO CENTRO SAMAPI SANTA ISABEL SANTA LIA SATÉLITE	VILA SAMARITANA, VILA SANTA MARIA DE JESUS VILA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, VILA MADRE TERESA II,VILA BANDEIRANTES I, II E III VILA MORADA DO SOL VILA SANTA ISABEL, VILA UNIÃO I, II E III, VILA AMAZÔNIA, VILA PADRE CÍCERO, VILA FIRMINO FILHO I, VILA FRATERNIDADE.	31.338	55.246	15.199	6.538	14.534	4.774	4.220	30.157	7.553
LESTEIII NOVO URUGUAI URUGUAI VALE DO GAVIÃO VERDE LAR VALE QUEM TEM	VILA TERESA BRITO VILA LADEIRA DO URUGUAI VILA SANTA JOANA DARC VILA MIRANTE DOS MORROS VILA CIDADE LESTE VILA SANTA BÁRBARA PARQUE MÃO SANTA VILA PLANALTO URUGUAI	1.255	38.900	10.505	4.493	10.242	754	1506	9965	7492
LESTE IV FÁTIMA HORTO ININGA JÓQUEI NOIVOS PLANALTO SÃO CRISTÓVÃO	VILA MIRANDA DANTAS MORRO DA GUARRINCHA FAVELA DA RUA ALUÍSIO LIMA, VILA PARQUE ININGA. VILA SÃO JOÃO, VILA DO CEÚ, VILA SÃO JOSÉ. PLANALTO FAVELA DA RUA JUIZ JOÃO ALMEIDA, VILA PROFESSOR CAMILO DA SILVEIRA, FAVELA DA RUA THOMAS EDSON.	37.117	44.173	12.239	4.873	11.061	9.984	3.007	12.097	2.257
TOTAL- TERRITÓRIO LESTE		75.738	159.092	43.405	18.380	40.881	15.759	13.498	56.888	21.751

Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.



PREFEITURA DE TERESINA

TERRITÓRIOS/ BAIRROS	VILAS E RESIDENCIAIS	POPU LAÇÃO ANO 1991	POPULA ÇÃO ANO 2010	Nº de domicí lios ocupad os – 2010	Nº de domicí lios c/ mulheres responsá veis- 2010	Domicílios ligados à rede geral Água 2010	Nº de domicí lios ligados à rede de esgotos 2010	Domicí lios com fossa rudimenta r 2010	Nº de domicílios com coletado 2010	Nº Domicílio Rendimento Até 1 SM 2010
SUL I CONJUNTO VAMOS VER O SOL, SANTO ANTONIO, ESPLANADA, PARQUE JACINTA, PARQUE JULIANA, SANTA CLARA, BRASILAR, PORTAL DA ALEGRIA, POLO EMPRESARIAL SUL, PARQUE SUL.	CONJUNTO PORTO ALEGRE VILA DA GLÓRIA, RESIDENCIAL MESTRE DEZINHO, VILA SANTA HELENA, VILA TIRADENTES, PARQUE DAGMAR MAZZA, VILA SÃO FRANCISCO I, II E III E LOTEAMENTO PORTO ALEGRE I, II, E III	6.803	44.225	12.377	5.502	12.128	130	346	11.447	9.460
SUL II ANGELIM, SANTA CRUZ E SANTO ANTÔNIO	VILA IRMÃ DULCE, PARQUE ELIANA, RESIDENCIAL BETINHO, VILA BOM JESUS I, VILA PLANALTO SANTA FÉ, VILA SANTA CRUZ, VILA SÃO JOSÉ DA ESPERANÇA, VILA CARMEM LÚCIA, VILA MARIANA, VILA PLANALTO SANTO ANTÔNIO.	13.047	59.903	16.672	7.660	16.271	696	2.347	15.012	13.020
SUL III AREIAS, DISTRITO INDUSTRIAL, LOURIVAL PARENTE II, PARQUE PIAUÍ, PARQUE SÃO JOÃO, PROMORAR, SACI, SANTA CRUZ, SANTA LUZIA, SANTO ANTONIO, TRIUNFO, SÃO PEDRO, VERMELHA.	VILA ANGÉLICA, VILA AREIAS, PARQUE ANTÁRTICA, VILA SÃO FRANCISCO IV, VILA CAROLINA SILVA, VILA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO I E II, VILA NOVA II, VILA PARQUE SÃO JOÃO, VILA CLEMENTE FORTES, VILA SANTA MARIA, VILA SANTA RITA, VILA WALL FERRAZ I, FAVELA DA RUA CANAÃ, FAVELA DA RUA MONTE NEGRO, VILA SANTA LUZIA, VILA CAIC, VILA PARAISA, PARQUE PROMORAR, VILA NOVA PARNAÍBA.	101.622	111.289	30.618	14.710	30.435	1.467	12.271	29.173	19.505
SUL IV BELA VISTA, SÃO LOURENÇO, CONJUNTO JOÃO EMÍLIO FALCÃO, CATARINA, LOURIVAL PARENTE, MORADA NOVA, CRISTO REI, MONTE CASTELO, MACAÚBA, CIDADE NOVA, TRES ANDARES, REDENÇÃO, PIÇARRA, ILHOTAS PIÇARRA, ILHOTAS	CONJUNTO BELA VISTA I, II, III, PLANALTO BELA VISTA, VILA CONCÓRDIA, VILA NOSSA SRA. APARECIDA, VILA PENEDO, VILA PLANALTO SUL, VILA PARQUE RODOVIÁRIO, VILA MORADA NOVA, RESIDENCIAL HUGO PRADO, VILA SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, VILA DA PAZ, VILA CARLOTA FREITAS, VILA FERROVIÁRIA II, FAVELA DA ILHOTAS.	92.351	91.422	25.384	12.674	25.007	6.917	8.209	25.163	11.239
TOTAL - TERRITÓRIO SUL		213.823	306.839	85.051	40.546	83.841	9.210	23.173	80.795	53.224

Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.



TERRITÓRIOS/ BAIRROS	VILAS E RESIDENCIAIS	POPULAÇÃO ANO 1991	POPULAÇÃO ANO 2010	Nº de domicílios ocupados -2010	Nº de domicílios c/ mulheres responsáveis-2010	Domicílios ligados a rede geral Água 2010	Nº de domicílios ligados à rede de esgotos 2010	Domicílios com fossa rudimentar 2010	Nº de domicílios com lixo coletado 2010	Nº Domicílio Rendimento Até 1 SM 2010
SUDESTE I BEIRA RIO, CUMPRIDA, EXTREMA, ITARARÉ, NOVO HORIZONTE, PARQUE JUREMA, REDONDA, TANCREDO NEVES	NOSSA SRA. DA GUIA, VILA BOA ESPERANÇA, VILA PANTANAL, VILA VERDE, VILA EUGÊNIA FERRAZ, VILA FRANCISCA LEMOS, VILA CEL. CARLOS FALCÃO, VILA D. LUCY	61.845	65.080	17.796	8.047	17.742	1.120	1.818	17.592	12.232
SUDESTE II DIRCRU I, DIRCRU II, ITARARÉ, LIVRAMENTO, PARQUE IDEAL, SÃO RAIMUNDO, RECANTO DAS PALMEIRAS E SÃO JOÃO	VILA CSU, VILA FLAMBOYANT, VILA MARIANA FORTES, VILA MOÇAMBIQUE, VILA PARQUE ITARARÉ, VILA PARQUE NAILANDIA, VILA SANTA CLARA, VILA UNIVERSAL, VILA WALL FERRAZ, VILA SÃO RAIMUNDO	67.535	60.025	16.136	7.264	15.943	2.175	9.027	15.979	10.349
SUDESTE III ALTO DA RESSUREIÇÃO, COLORADO, CONJUNTO REDONDA, CONJUNTO SÃO PAULO, CUIDOS, GURUPI, JARDIM DOS PÁSSAROS, PARQUE POTY, RENASCENÇA I, II E III, SÃO SEBASTIÃO, TODOS OS SANTOS	VILA ALTA DA RESSUREIÇÃO, VILA BOM JESUS III, VILA MONTE HOREBÉ, RESIDENCIAL FREI DAMIÃO, VILA POTY I E II, VILA FIRMINO FILHO, RESIDENCIAL ARAGUÁIA, VILA BAGDA, FAVELA FERROVIÁRIA, VILA PE. LUIS, VILA PARIS, VILA PROGRESSO, VILA PORTO RICO I,II E VILA DEUS PROVERÁ ZONA RURAL: TABOCA DO PAU FERRADO, VILA GALVÃO, ESTACA ZERO, PARQUE BOM FUTURO.	15.547	54.519	15.140	7.109	14.841	6.646	3.541	14.352	11.290
SUDESTE IV BOM PRINCÍPIO, LOTEAMENTO VERDE CAP, RESIDENCIAL DEUS QUER. RECANTO DOS PÁSSAROS	ZONA RURAL: FORMOSA, BOQUINHA, CAIÇARA, ANGOLAR, NOVA OLINDA, LAGOA DOS AFONSIINHOS, MANGUEIRA, VELEIRO, CHAPADINHA, CAMPESTRE, BARREIRA, ASSENT. LIMOEIRO, ASSENT. SANTANA NOVA ESPERANÇA, ASSENT. NOSSA VITÓRIA, ASSENT. VALE DA ESPERANÇA, ASSENT. SANTA ISABEL, ASSENT. ANGOLAR, ATALAIA, MORRO ALEGRE, POVOADO VOLTA DA SERRA, VOLTA DO BURITI, LAGOA DANTAS, BAIXA DA AREIA, BARREIROS DOS MARIQUINHAS, SARDINHA, TALISMÃ, CHAMEGO	467	4.266	1.229	510	777	129	1.989	1.055	968
TOTAL - TERRITÓRIO SUDESTE		145.394	183.890	50.301	22.930	49.303	10.070	16.375	48.978	34.839

Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.



TERRITÓRIOS/ BAIRROS	VILAS E RESIDENCIAIS	POPULA ÇÃO ANO 1991	POPULA ÇÃO ANO 2010	Nº de domicílios ocupados -2010	Nº de domicílios c/ mulheres responsáveis- 2010	Domicílios ligados a rede geral / Água 2010	Nº de domicílios ligados à rede de esgotos 2010	Domicílios com fossa rudimentar 2010	Nº de domicílios com lixo coletado 2010	Nº Domicílio Rendimento Até 1 SM 2010
NORTE I CIDADE INDUSTRIAL, SANTA ROSA, AROEIRAS, SANTA MARIA DA CODIPI, CHAPADINHA NORTE	VILA STAEL, PARQUE BRASIL I,II,III, MONTE VERDE, MONTE ALEGRE, VILA MONTE ALEGRE, RESIDENCIAL LEONEL BRIZOLA, PARQUE FIRMINO FILHO, VILA STA MARIA DA CODIPI, VILA STA MARIA DAS VASSOURAS, PARQUE WALL FERRAZ ZONA RURAL: BELE VISTA, BOA FÉ, BOA VIDA, BOA VISTA, BOM JESUS, CAJUEIRO, CANINDÉ, CENTRO DO SÍTIO, ESPERANÇA, FAZENDA ALEGRE, GAMBOA, JAGUARIBE, MACHO E MATIQUEIRA, MONTE VERDE, MORADA NOVA, STA HELENA, STA MARIA, STO AGOSTINHO, SÃO BRÁZ, SÃO CRISTOVÃO DO CENTRO, SÃO DOMINGOS, SÃO FRANCISCO DA ESPERANÇA, SÃO JOSÉ, SÃO LUIZ, SÍTIO ALEGRE, SÍTIO TIPI, TRAIRAS	618	42.140	11.714	5.695	9.885	394	3.178	9.767	9.850
NORTE II ACARAPE, FREI SERAFIM, ALVORADA, CENTRO, MAFRENSE, MAFUÁ, MATADOURO, MATINHA, NOVA BRASÍLIA, OLARIA, ITAPERU, PIRAJÁ, POTI VELHO, SÃO JOAQUIM, VILA OPERÁRIA.	FAVELA DA AVENIDA CAMPO MAIOR, VILA BOM JESUS DOIS, VILA SANTO AFONSO, VILA PANTANAL II, VILA NOVA ISABEL, VILA APOLONIA, VILA CARLOS FEITOSA, VILA PADRE EDUARDO.	77.586	72.025	19.179	10.092	18.873	8.362	4.051	11.092	10.905
NORTE III ÁGUA MINERAL, ALTO ALEGRE, MARQUES, BOM JESUS, BUENOS AIRES, CABRAL, EMBRAPA, MEMORARE, MOCAMBINHO, MORRO DA ESPERANÇA, PORENQUENTO, PRIMAVERA, REAL COPAGRE, SÃO FRANCISCO.	VILA CERMAP, VILA RISOLETA NEVES, VILA TRINDADE, VILA WALL FERRAZ II, VILA CRISTALINA, VILA JOÃO DE DEUS, VILA SINHA BORGES, VILA EMBRAPA, VILA FIRMINO FILHO II, VILA MOCAMBIMHO I, II E II, RESIDENCIAL POTI, RESIDENCIAL PRIMAVERA, VILA SANTA CLARA, VILA SÃO FRANCISCO.	109.471	106.685	28.286	13.649	28.012	4.865	7.231	28.075	16.850
TOTAL - TERRITÓRIO NORTE		187.675	220.850	59.179	29.436	56.770	13.621	14.460	48.934	37.605

Fonte: Diagnóstico dos territórios da assistência social de Teresina com base nos dados do IBGE, 2010.



Vale ressaltar que os territórios **LESTE V e NORTE IV** possuem territórios totalmente rurais. O **território Leste V** abrange as seguintes localidades: Santa Rita, Caminho Novo, Ladeira De Terra, Soturno, Morro Do Papagaio, Santa Teresa, Mata Velha, Serra Dourada, São João I, São João II, Gaspar, Bejuí, São Bento, Assentamento São Bento, Atalaia, Lembrada I, Lembrada II, Lagoa De Dentro, Beco da Raposa, Serra do Coroatá, Bolena, Coroata de Dentro, Coroata De Baixo, Alto da Baixa Escura, Povoado Amparo, Alto da Paz, Vila Mano Castelo Branco, Calengue, Serra do Calengue.

Esta área é formada por um contingente de pessoas pobres, porém, houve um significativo avanço na qualidade habitacional, com instalação de fossas sépticas. Todavia, ainda encontram-se casas de taipa, palha ou outro material vulnerável, bem como abastecimento de água inexistente ou precário.

Para atender as situações de violações de direitos, o CRAS Leste V articula-se com o CREAS LESTE para prestação de serviços especializados a indivíduos e famílias com ações de acolhimento e orientações, encaminhamentos, atendimento psicológico e orientações jurídicas, providencia documentos pessoais, dentre outras. As referidas atividades são desenvolvidas em parceria com os Conselhos Tutelares, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude e demais instituições dos Sistemas de Garantia de Direitos. Vale ressaltar que o referido CREAS não se situa especificamente no território do CRAS leste V, mas é referência para toda a zona leste de Teresina.

O território possui uma forte e articulada organização comunitária por meio de 16 (dezesesseis) associações de moradores e 05 (cinco) conselhos comunitários das diferentes localidades existentes. Estas entidades articulam - se com o Poder Público, apresentando as necessidades da comunidade para fazerem parte do planejamento municipal, buscando o atendimento das necessidades sociais da população local.

O **território Norte IV** tem sua base territorial em comunidades surgidas, em sua maioria, por ocupação irregular. Atualmente, essas comunidades estão regularizadas pela prefeitura, dispondo de água encanada, poço tubular, sistema simplificado, energia, igrejas, escolas, postos de saúde e transportes públicos, abrangendo as seguintes localidades rurais: Ave Verde, Assentamento São Vicente, Boa Fé, Boa Hora, Cajaíba, Cajazeiras, Campestre Norte, Baixão do Carlos, Divino Espírito Santo, Dois Irmãos, Fazenda Jet, Fazenda Soares, Gurupá de Baixo, Gurupá de Cima, Nova Laguna, Marambaia, São Geraldo, São Vicente de Cima, São Vicente De Baixo, Santa Luz de Cima, Santa Luz de Baixo.

Entretanto, ainda existem precariedades no saneamento básico, como a ausência de galerias que poderiam evitar as doenças por veiculação hídrica como a diarreia e dengue; carência de creches para atender a criança de toda a base territorial; ruas sem asfalto ou



calçamento; existência de lixões a céu aberto; ausência de formação de grupos de jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e outros engajados socialmente.

Vale ressaltar que a maioria dessa população em idade economicamente ativa desenvolve atividades informais, o que proporciona uma renda familiar abaixo de um salário mínimo.

Apesar dos problemas enfrentados pela comunidade são executados alguns programas sociais como a Estratégia Saúde da Família – ESF, Projetos sociais Vivam Bem, FUNACI – Escola Família Agrícola. Esses dois últimos contemplam apenas a localidade Baixão do Carlos.

Portanto, estes programas necessitam, urgentemente, ampliar e diversificar suas ações para proporcionar um atendimento adequado à demanda local em sua integralidade.

Neste contexto, os CRAS e CREAS têm como proposta, além de propiciar espaço para as ações de prevenção e enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, atuar junto às famílias de seus territórios de abrangência, com a finalidade de promover o fortalecimento de vínculos familiares e a convivência comunitária (BRASIL, 2004), partindo do pressuposto que as funções básicas da família são: proteção e socialização dos membros, referência moral, promover vínculos afetivos e sociais, possuir identidade grupal, além de ser mediadora das relações entre seus membros e outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2009).

Um dos grandes desafios da atuação dos CRAS e CREAS refere-se à articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, que compreendam o sujeito e a comunidade, bem como a relação com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos.

3.OBJETIVOS

I - GERAL

- Executar a política de assistência social tendo como público alvo pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal/ social e/ou violações de direitos, executando serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



II – ESPECÍFICOS

- Desenvolver ações voltadas para a família em situação vulnerabilidade social em decorrência de situações de pobreza e fragilidade de vínculos, com vistas à promoção do acesso a direitos;
- Executar e ampliar os serviços voltados para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de risco ou com direitos violados, pela ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência (sexual, física, psicológica, social) trabalho infanto-juvenil, discriminações étnicas, etárias, de orientação sexual, dentre outras, e proteção social a adolescentes e jovens sentenciados judicialmente para cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, visando à superação da situação vivenciada e a restauração dos vínculos familiares e comunitários;
 - Fortalecer a rede socioassistencial, de forma integrada às demais políticas públicas;
 - Elaborar, em parceria com a GSUAS, GPSB, GPSE e GPRM, o Plano de Capacitação para as equipes técnicas dos CRAS, CREAS e demais unidades socioassistenciais;
 - Capacitar de forma continuada os recursos humanos da rede socioassistencial, visando à prestação de serviços adequados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade sociais, riscos e de violações de direitos nos territórios dos CRAS e CREAS;
 - Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do conhecimento da realidade dos territórios e de suas famílias, dotando de recursos materiais e equipe de pessoal qualificada, ampliando o nº de CRAS, CREAS e unidades de proteção social básica e especial, implementando um sistema de informação e ampliação da articulação/integração intersetorial, intergovernamental e da sociedade civil, assegurando a efetividade no atendimento às famílias que necessitam de proteção social;
 - Promover a inclusão social da população em situação de pobreza e extrema pobreza no município de Teresina, por meio da elevação da renda per capita familiar;
 - Promover a integração intersetorial e interinstitucional entre as políticas sociais do município de Teresina (habitação, saúde, educação, trabalho, dentre outras) e outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como forma de garantir a proteção social integral;
 - Monitorar sistematicamente os CRAS, CREAS e demais unidades socioassistenciais;
 - Efetivar a gestão articulada entre CRAS e CREAS, priorizando a inclusão na rede de serviços da proteção social básica de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, e que tiveram seus direitos violados;
 - Monitorar e avaliar os serviços ofertados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos;



- Investir em pesquisas para ampliar o conhecimento dos territórios;

4 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA** - PSB é implementada no município de Teresina por meio do **PROGRAMA TERESINA PROMOVE** com o objetivo de desenvolver ações de Proteção Social Básica a indivíduos e famílias em situação de pobreza, fragilidade de vínculos e/ou ausência de pertencimento, com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, realizando serviços em áreas de vulnerabilidade social na perspectiva da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais, organizando e coordenando a rede de serviços locais para o desenvolvimento dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Deste modo, o Programa Teresina Promove abrange a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como referência a unidade e a hierarquização das ações, analisando as demandas, emitindo parecer técnico nas solicitações das entidades prestadoras de serviços da rede de proteção social básica.

Promove, também, a articulação com os serviços da rede de proteção social especial para a viabilização dos encaminhamentos, mantendo as informações e dados sobre programas, projetos e serviços para alimentação do banco de dados da assistência social. Além disso, coordena a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços e ações da proteção básica., articulada à Gerência de Gestão do SUAS.

Os serviços de Proteção Social Básica são executados em 17 (Dezessetes) Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em unidades básicas e públicas de assistência social, bem como por meio de entidades e organizações de assistência social com funcionamento nos territórios de abrangência dos CRAS.

5 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL** - PSE é executada nos níveis de Média e Alta Complexidade. As ações de média complexidade são desenvolvidas por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais unidades para atendimento a indivíduos e famílias que estão em situação de risco ou violação de



direitos, mas que ainda mantém os vínculos familiares. A PSE de média complexidade tem equipamentos públicos os CREAS, o Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), o Centro de Referência para Pessoas com deficiência (Centro Dia), dentre outras unidades. O atendimento no âmbito da alta complexidade ocorre quando necessita-se de serviços de acolhimento (Casa de Passagem, República, Abrigo Institucional, Casa-Lar).

Os CREAS ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, dentre outros). Essa atenção especializada tem como foco o trabalho social com os indivíduos e famílias em articulação com o sistema de garantia de direitos visando o enfrentamento de riscos e violações de direitos e acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e da capacidade protetiva da família.

Os serviços realizados pelos CREAS são desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas locais. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

O atendimento é prestado por equipe multidisciplinar, com serviços articulados ao Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros órgãos de defesa de direitos, formando uma rede efetiva de proteção social.

5.1 MÉDIA COMPLEXIDADE

A **Proteção Social Especial de Média Complexidade** em Teresina é implementada por meio do **PROGRAMA TERESINA PROTEGE** com o objetivo de desenvolver ações voltadas para indivíduos e famílias em situação de risco pessoal/ pessoal ou violação de direitos, com vistas à restauração dos vínculos familiares e comunitários, compreendendo ações interdisciplinares, para a população com direitos violados, visando fortalecer os vínculos familiares, prevenir o abandono e a institucionalização, enfrentar estigmas e preconceitos, assegurar proteção social e atendimento imediatos.

Assim, o Programa Teresina defende oferta Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida



socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PCDIF); Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (ofertado no Centro Pop) e Serviço Especializado para Atendimento a Pessoas com Deficiência, com oferta no Centro Dia de Referência.

5.2 ALTA COMPLEXIDADE

Os serviços de **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** ofertam atendimento por meio do **PROGRAMA TERESINA ACOLHE** com o objetivo de prestar atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Esses serviços buscam a garantia da proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, ofertando serviços que garantam o acolhimento em ambiente adequado, condições de moradia, segurança, acessibilidade e privacidade, além de buscar assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Assim, faz parte do Programa Teresina Acolhe o Serviço de Acolhimento Institucional, que poderá ser desenvolvido nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem ou residência inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.

6 APOIO AOS CONSELHOS

A SEMTCAS desenvolve ações de apoio administrativo ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, aos Conselhos de Direitos (CMDICAT, CMDI, CONADE-TE e LGBT) e aos Conselhos Tutelares (Conselho Tutelar I, II, III e IV), por meio do **PROGRAMA TERESINA DEFENDE**, que se constitui em um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento dos órgãos de controle social e de defesa de direitos em Teresina.



7 GESTÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo requisito essencial para efetivação da Assistência Social como política pública no Brasil.

O SUAS é operacionalizado a partir da organização da rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial ao qual compreende realizar o acompanhamento e avaliação das ações da política de Assistência Social em Teresina, enfatizando a primazia da gestão pelo poder público e, complementarmente, e pela iniciativa privada não lucrativa, em obediência as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social no que se refere ao caráter da descentralização / territorialização, centralidade na família e comando único das ações no município, promovendo ações de apoio, assessoramento e aperfeiçoamento da rede governamental e não governamental da assistência social através de mecanismos e estratégias de integração entre as ações da Proteção Social Básica - PSB e da Proteção Social Especial – PSE, coordenando em articulação com os demais órgãos da SEMTCAS e o Conselho Municipal de Assistência Social, a regulação da relação entre o Poder Público e as entidades privadas de assistência social, bem como a prestação de serviços sócioassistenciais, estabelecendo padrões de nomenclatura, funcionamento e qualidade dos serviços e da rede hierarquizada de proteção social. Compete, ainda a Gestão do SUAS assessorar as demais Gerências e setores da SEMTCAS, definindo padrões de qualidade dos serviços Sócioassistenciais e integração da base de dados da assistência social no município.

8 AÇÕES E METAS

Os serviços de Proteção Social Básica e Especial são executados pelos CRAS, CREAS e em outras unidades básicas públicas ou em cooperação com entidade e organização da área de assistência social.



Para o período 2014-2017 estão previstas as seguintes metas e ações:

PROGRAMA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA				
META 1: Promover a excelência da gestão administrativa da SEMTCAS, considerando a estruturação, administração, manutenção e qualificação do conjunto de unidades, programas, projetos, serviços e benefícios				
Ação 1: Gestão da Secretaria, considerando a sede, unidades, serviços e o conjunto de recursos humanos				
Ação 2: Capacitação dos recursos humanos da SEMTCAS, órgãos de controle social, Conselhos Tutelares e representantes de entidades.	2014	2015	2016	2017
	726	750	760	780
PROGRAMA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA				
META 1: Garantir a Proteção Social Básica com o referenciamento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social em Teresina	2014	2015	2016	2017
	85.000	95.000	95.000	95.000
Ação 01: Atendimento a 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF nos 17 (dezessete) Centros de Referência da Assistência Social – CRAS em Teresina.				
Ação 02: Inscrição e inserção de pessoas no Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para capacitação profissional, conforme oferta de vagas nas unidades formadoras (IFPI, SENAC e SENAI).				
Ação 03: Inscrição e concessão de 1ª e 2ª via do Passe Livre Municipal a pessoas com deficiência, conforme demanda.				
Ação 04: Inscrição e concessão de 1ª e 2ª via do Passe Livre Municipal a pessoas idosas, conforme demanda				
Ação 05: Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a 5.178 crianças de 03 a 06 anos, crianças e adolescente de 06 a 13 anos, adolescentes de 13 a 17 anos, adultos e idosos através da rede socioassistencial direta, conveniada e não conveniada;				
AÇÃO 06: Execução do Programa ACESSUAS Trabalho por meio da articulação e encaminhamento de famílias em situação de vulnerabilidade para inclusão profissional e mercado de trabalho;				
AÇÃO 07: Acompanhamento das pessoas com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, por meio do Programa BPC na Escola;				
AÇÃO 08: Reforma e equipagem das unidades de Atendimento da Proteção Social Básica;				
AÇÃO 09: Apoio a entidades de atendimento a crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de convênio para oferta do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;				
AÇÃO 10: Apoio com subvenções sociais às seguintes entidades a partir de aprovação da Câmara Municipal de Teresina: Abrigo São Lucas, Ação Social Arquidiocesana (ASA), Associação do Movimento Busca de Soluções – AMBS, Associação de Moradores da Vila São Francisco Sul, Associação dos Amigos do Bairro Itapiru e Adjacências, Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação - Associação Reabilitar, Associação Comunitária do Loteamento Orgmar Monteiro, Associação da Juventude do Estado do Piauí, Associação de Amigos Autistas do Piauí AMA-PI, Assistência à Ed. À Soc. e à Cultura, Associação de Moradores e Amigos da Água Mineral, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação dos Cadeirantes de Teresina, Associação dos Cegos do Piauí – ACEP, Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – APADA, Associação Flores de Maria, Associação Nacional da Caridade de São Vicente, Casa Dom Barreto, Casa Frederico Ozanan, Centro da Juventude Santa Cabrini, Centro de Ações Básicas				



Preparando Cidadãos do Estado do Piauí, Centro de Reintegração Familiar e Incentivo a Adoção, Conselho Comunitário do Bairro Água Mineral, Fazenda da Paz, Fundação Cajuína, Fundação Cantídio Rodrigues Rocha, Fundação Centro de Apoio ao Menor Carente – FCAMC, Fundação Deputada Francisca Trindade, Madre Teresa de Calcutá, Fundação Maria de Carvalho Santos, Fundação Nossa Senhora da Paz, Fundação Pe. Antonio Dante Civiero – FUNACI, Fundação Viver com Dignidade, Casa Frederico Ozanan, Gênero Mulher Desenvolvimento Ação para a Cidadania – GEMDAC, Grupo de Mães Gaivotas que voam longe, Instituto Antonio Nonato, Instituto Avante da Juventude, Instituto Mandú Ladino, Projetando o Espaço da Criança, Legião da Boa Vontade, União dos Pobres de Santo Antonio – PIA, Sociedade de Apoio ao Deficiente Físico – SOADF, Associação dos Moradores do Povoado Campestre, União do Movimento Comunitário da Região da Grande Socopo.

AÇÃO 11: Promoção de ação de Segurança Alimentar as famílias em situação de vulnerabilidade familiar por meio do Restaurante Popular de Teresina com a oferta de 1000 refeições ao dia;

AÇÃO 12: Atendimento a famílias em situação emergencial de desabrigamento, por meio do Programa Residência Solidária com aluguel de uma residência de acolhimento pelo prazo máximo de 3 (três) meses, conforme demanda.

AÇÃO 13: Atendimento a famílias em situação emergencial de desabrigamento, através do Programa Família Solidária com oferta de um kit limpeza, um kit acolhimento e uma ajuda de custo.

META 2: Gerir o cadastro das famílias no CadÚnico conforme perfil e disposições normativas do MDS e órgãos e controle social	2014	2015	2016	2017
	124.006	125.000	126.000	127.000
Gerir o Programa Bolsa Família - PBF com acompanhamento das famílias beneficiárias, conforme as normativas legais	69.090	69.200	69.250	69.300

Ação 01: Gestão do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, com as articulações necessárias ao acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação e o acompanhamento das famílias no âmbito da política de assistência social.

Ação 02: Execução do Projeto Falando do CadÚnico com palestras sobre o Cadastro Único e Programas Sociais do Governo Federal nos territórios dos 17 CRAS de Teresina.

Ação 03: Execução do Projeto “Comunidade Cidadã” com Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (comunidades de Terreiro, catadores de materiais recicláveis, assentados e agricultores familiares).

Ação 04: Execução do Projeto “Família Cidadã” com a realização de Mutirões de acompanhamento à saúde de famílias beneficiárias do PBF residentes em áreas descobertas pelas ESFs;

Ação 05: Acompanhamento do serviço de digitação do sistema de vigilância alimentar e nutricional - SISVAN voltado para as famílias beneficiárias do PBF realizado na FMS.

Ação 06: Acompanhamento do serviço de digitação do sistema PRESENÇA da coordenação de condicionalidades na educação/ SEMEC a ser realizado no serviço de informática/SEMEC.

Ação 07: Capacitações sobre o Sistema de Gestão de Benefícios para os profissionais envolvidos na referida ação.

Ação 08: Sistematização dos dados referentes a Gestão de Benefícios (Bloqueios, Desbloqueios, Cancelamento, Reversões e Desligamentos Voluntários) do Programa Bolsa Família.

Ação 09: Orientações aos Coordenadores de Renda Mínima e demais profissionais para o desenvolvimento das atividades de cadastramento e atualização do CADÚNICO.



Ação 10: Elaboração e publicação de Cartilha sobre o SIBEC e sobre as ações de rotinas de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família				
Ação 11: Capacitação das equipes da Proteção Social Especial para cadastramento de indivíduos e famílias no CadÚnico.				
Ação 12: Capacitação para Formação de Entrevistadores do Cadastro Único (Coordenadores de Renda Mínima e Entrevistadores).				
Ação 13: Organização e manutenção do Sistema Municipal de Arquivamento dos Cadastros do CadÚnico SISMAC.				
Ação 14: Realização de Oficinas com o tema Demandas do cotidiano: PBF e CadÚnico para coordenadores de Renda Mínima e Entrevistadores.				
Ação 15: Promoção de Campanhas de Atualização Cadastral (Cartazes, Filipetas e relises em emissoras de Rádio).				
Ação 16: Promoção de Campanha de divulgação do cadastramento das Famílias pertencentes a Comunidade de Terreiro e Catadores de Material Reciclável (Cartazes, Filipetas, Emissoras de Televisão, Rádio e portais de notícias).				
Ação 17: Sistematização das informações pertinentes ao Cadastro Único (digitação, cadastros novos e atualização).				
Ação 18: Execução do Plano do IGD, com ações de qualificação e monitoramento do Cadastro Único e desenvolvimento das ações de acompanhamento de condicionalidades do PBF na educação e saúde.				
Ação 19: Inserção, acompanhamento e orientação de profissionais sobre a alimentação do SICON para registro do acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF.				
Ação 20: Capacitação de profissionais sobre o Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades do PBF - SICON				
Ação 21: Lançamento e implementação da campanha de divulgação das condicionalidades na saúde por meio de propaganda – cartazes, panfletos, filipetas, correspondências, dentre outros.				
Ação 22: Capacitações com agentes de saúde acerca do processo de trabalho inerente as ações de acompanhamento das condicionalidades do PBF.				
Ação 23: Oficinas sobre sistematização do registro de acompanhamento familiar para técnicos dos CRAS e CREAS				
Ação 24: Encontros com famílias beneficiárias do PBF envolvendo técnicos das áreas de saúde, educação e assistência social UBS, Escolas e CRAS.				
Ação 25: Seminário Assistência Social e Saúde para avaliação das ações e atualização das informações necessárias ao processo de trabalho inerente aos serviços de acompanhamento das condicionalidades do PBF.				
Ação 26: Capacitação para técnicos, cadastradores e coordenadores de renda mínima sobre o sistema PRESENÇA do Ministério da Educação;				
Ação 27: Equipagem das unidades cadastradoras (17 CRAS e 01 Centro Pop) e orientadoras (04 CREAS) de pessoas e famílias para inserção no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO).				
Ação 28: Manutenção administrativa das unidades cadastradoras e orientadoras do CADÚNICO para o trabalho social com as famílias do PBF.				
META 3: Ofertar benefícios eventuais a indivíduos e famílias em situação de pobreza e sob riscos circunstanciais.	2014	2015	2016	2017
	450	500	600	650
Ação 1: Concessão de passagem a pessoas e famílias que estejam em trânsito, conforme estudo social e disponibilidade orçamentária do município.				



Ação 2: Concessão de cestas básicas a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, conforme estudo, parecer social e disponibilidade orçamentária do município.				
META 4: Garantir a oferta de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos violados ou ameaçados	2014	2015	2016	2017
	6.816	6.830	6.840	6.850
Ação 01: Serviço de Disque Cidadania para identificação das violações de direitos em Teresina.				
Ação 02: Execução do Plano de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente entre os Municípios de Teresina e Timon e do Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, com projeto piloto na zona sul de Teresina.				
Ação 03: Atendimento a indivíduos e famílias com direitos violados nos CREAS por meio do SEAS, PAEFI e MSE; Centro Pop/ Ações Conveniadas.				
Ação 04: Atendimento a 30 PCDs por turno, em situação de dependência no Centro Dia de Referência.				
Ação 07: Atendimento a pessoas e famílias com direitos humanos violados por meio do Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH (atendimento por equipe multidisciplinar, mediação de conflitos, etc.).				
Ação 08: Oferta de serviços de intérpretes no Centro de Libras, visando favorecer o acesso aos direitos de PCDs.				
Ação 09: Atendimento a 100 adolescentes do sexo feminino na Casa de Zabelê;				
Ação 10: Atendimento a 50 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida por meio do Programa Liberdade Assistida Comunitária – LAC				
Ação 11: Atendimento a 600 PCD's por meio de entidades conveniadas (APAE, ACEP, AMA E APADA).				
META 05: Garantir a oferta de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade a pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos	2014	2015	2016	2017
	223	250	300	371
Ação 01: Reordenamento/ ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para atendimento a 150 pessoas em situação de rua, conforme meta pactuada com o MDS (Casa do Caminho e em outras unidades a serem implantadas ou conveniadas).				
Ação 02: Reordenamento/ ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para o atendimento a 70 crianças e adolescentes (Abrigo Reencontro, Casa de Punaré, Programa Família Acolhedora).				
Ação 03: Atendimento a 151 idosos por meio de convênio com o Abrigo São Lucas, Abrigo Frederico Ozanan e Casa São José				
Ação 04: Atendimento a usuários de substâncias psicoativas na Comunidade Terapêutica Fazenda da Paz				

9 RECURSOS HUMANOS

Teresina possui gestão plena da Assistência Social, corresponde ao nível de habilitação em que o município, sob a coordenação da SEMTCAS, está apto a gerenciar a totalidade das ações socioassistenciais. Esse nível de gestão requer capacitação técnica dos gestores, conselheiros e dos demais profissionais trabalhadores na rede de serviços da Assistência Social, cabendo assim ao município a responsabilidade de ofertar capacitação



para estes profissionais conforme determina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

RECURSOS HUMANOS EM GERAL

No tocante a Recursos Humanos a SEMTCAS, possui o seguinte quadro de profissionais e/ou funcionários:

TABELA VII: QUANTITATIVOS DE RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERESINA

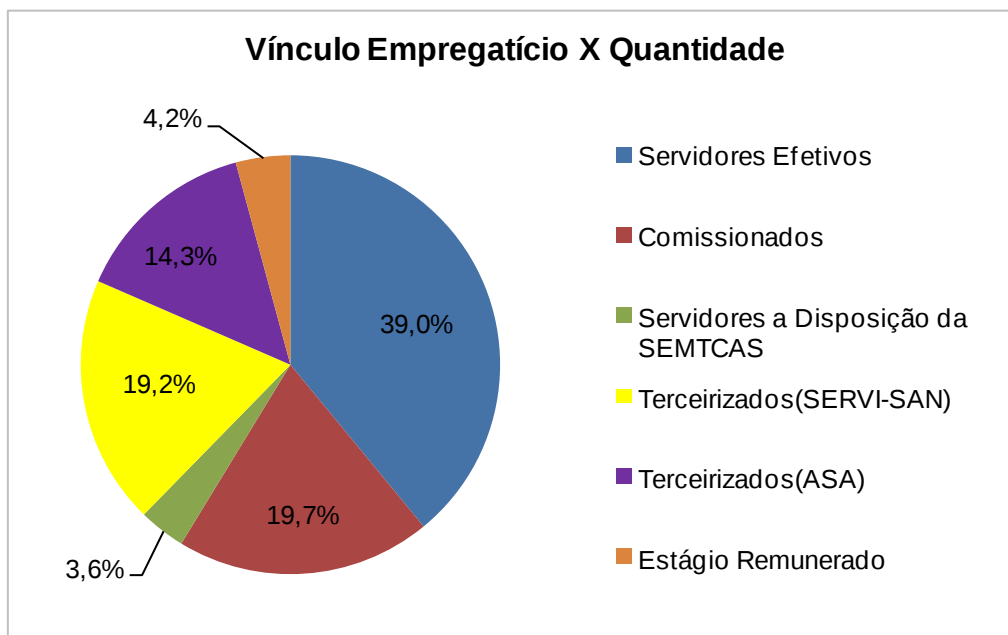
VÍNCULO EMPREGATÍCIO	QUANTIDADE
Servidores Efetivos	280
Comissionados	131
Servidores à disposição da SEMTCAS	24
Terceirizado (SERVI-SAN)	168
Terceirizado (ASA)	95
Estágio Remunerado	28
Total	726

Fonte: Quadro funcional da SEMTCAS/DGP/2014

Em termos percentuais, os quantitativos de recursos humanos da SEMTCAS se configuram da seguinte forma:



GRÁFICO VI : VÍNCULO EMPREGATÍCIO X QUANTIDADE



7.2. SERVIDORES EFETIVOS

Em 2014 foram identificados 280 (duzentos e oitenta) servidores efetivos da PMT/SEMTCAS, cujo nível de escolaridade pode ser evidenciado no quadro de forma quantitativa e no gráfico em termos percentuais:

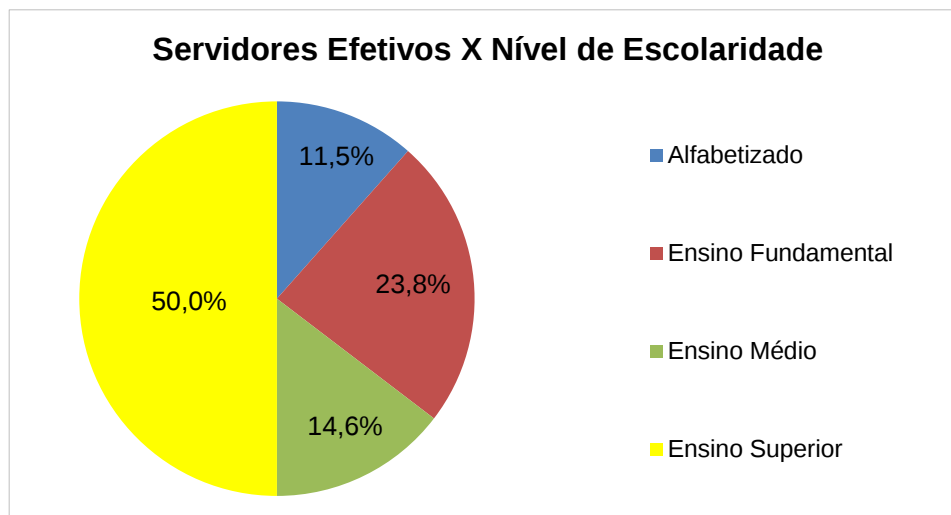
TABELA II : VÍNCULO EMPREGATÍCIO X QUANTIDADE

Nível de Escolaridade	Quantidade
Alfabetizados	30
Ensino Fundamental	62
Ensino Médio	38
Ensino Superior	150
Total	280

Fonte: SEMTCAS/GGSUAS/Coord. Gestão do Trabalho/2014



GRÁFICO VII : SERVIDORES CONCURSADOS/EFETIVOS X NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: SEMTCAS/GGSUAS/Coord. Gestão do Trabalho/2014

É importante enfatizar que a metade dos servidores da SEMTCAS é de nível superior, sendo identificado o seguinte perfil profissional dentre os servidores concursados/efetivos:

TABELA III : SERVIDORES EFETIVOS X PROFISSÃO/QUANTIDADE

Profissão	Quantidade
Assistentes Sociais	83
Psicólogos (as)	35
Letras	07
Educador Físico	01
Economistas	02
História	03
Pedagogia/Normal Superior	13
Licenciatura de Matemática	01
Administração	01
Nutrição	02
Artes Plásticas	01
Direito	01

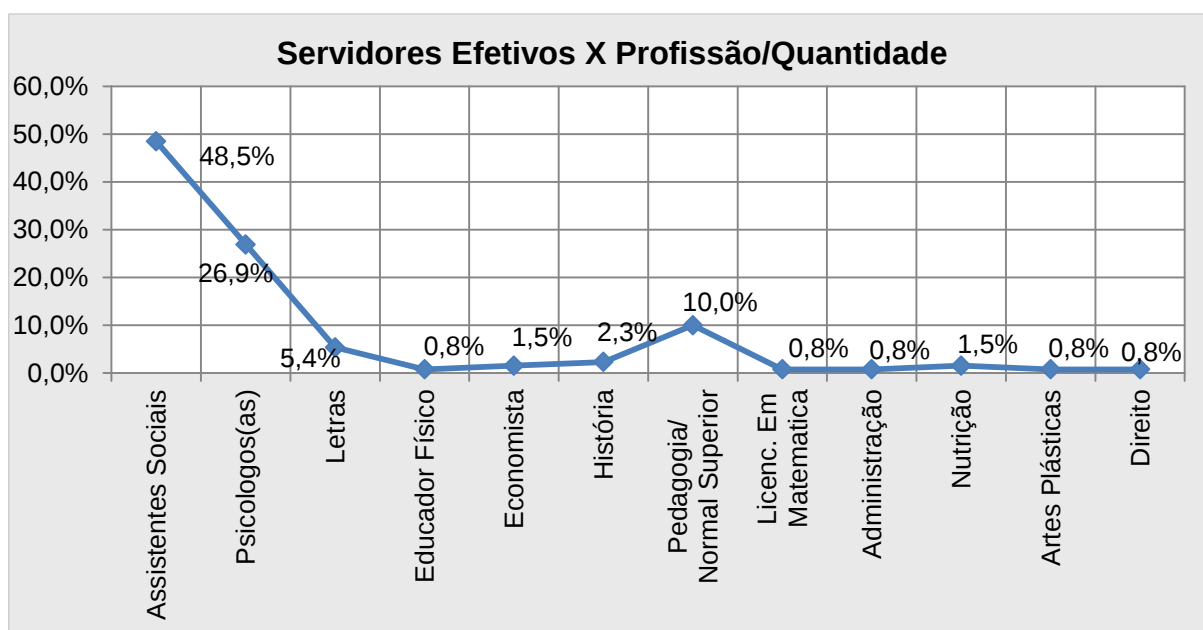


Total	150
--------------	------------

Fonte: SEMTCAS/GGSUAS/Coord. Gestão de Trabalho/2014

Para uma melhor visualização em termos percentuais dos profissionais da SEMTCAS de nível superior e as profissões dos mesmos, apresentamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO VIII: SERVIDORES CONCURSADOS/EFETIVOS X PROFISSÃO/ QUANTIDADE



Fonte: DPG/ Gestão do Trabalho, 2014.

As capacitações planejadas para 2014 destinam-se a todos os profissionais envolvidos na gestão e execução do Sistema Único de Assistência Social do município de Teresina, considerando as seguintes temáticas:

I - Política Nacional de Assistência Social e Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social:

II - Família e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social

III - Serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

IV - Benefícios assistenciais e programas de transferência de renda e a gestão no município de Teresina

V - Controle Social

VI - Gestão, Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Regulação do SUAS

VII - Projeto Ético-Político do Serviço Social e elaboração de documentos técnicos

VIII - Violência de gênero | Intergeracionalidade

IX - Gestão e Estruturação da rede socioassistencial e o protocolo de gestão integrada



O controle social abrange a participação da sociedade no acompanhamento das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os planos, processos e resultados.

O Conselho de Assistência Social é uma instâncias deliberativa do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004 na forma do SUAS.

Os Conselhos, instituídos pela Lei Orgânica de Assistência Social, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Estes Conselhos são vinculados ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação das políticas de proteção social coordenadas pela Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo para seu funcionamento.

A SEMTCAS dá suporte ao funcionamento aos seguintes conselhos municipais da área de proteção social, são eles:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência;

Conselho Municipal da Mulher;

Conselho Municipal de LGBT.

11 RECURSOS PREVISTOS PARA ASSISTENCIA SOCIAL / 2014 - 2017

A alocação de recursos orçamentários que viabilizem a implementação da Política de Assistência Social na cidade de Teresina vem merecendo atenção por parte dos gestores municipais. A previsão orçamentária para o período 2014-2017 está prevista no quadro a seguir:

QUADRO I - ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANO 2014

1. SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E DE ASSISTENCIA SOCIAL	
	2014
Atendimento a famílias em situação de pobreza e sob riscos Circunstanciais	428.000,00
Capacitação de técnicos, gestores, Co-gestores e Conselheiros da rede Socioassistencial	77.000,00
Manutenção do Centro de Libras	170.000,00
Implantação/manutenção dos Conselhos Tutelares	159.200,00
Manutenção de Serviço d acolhimento para pessoas com familiares fragilizados ou rompidos	310.000,00
Capacitação profissional de jovens para inserção no mercado de trabalho/Projovem Trabalhador (MTE)	2.962.000,00



Construção, reforma e equipagem de CRAS, CREAS e demais Unidades Socioassistenciais	1.720.000,00
Implantação/Manutenção de Unidades de qualificação e intermediação de mão de obra -MTE	1.800.000,00
Apoio técnico e financeiro a Entidades de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade e risco	500.000,00
Assessoramento técnico/ Subvenções Sociais	1.000.000,00
Benefícios eventuais	131.000,00
Apoio técnico e financeiro a entidades de atendimento às situações de violações de direitos	970.000,00
Restaurante Popular	280.000,00
Qualificação social e profissional de trabalhadores	3.129.000,00
Implementação e manutenção – Centro de Referência em Direito Humanos	344.670,00
Prevenção e Enfrentamento ao Crack e outras drogas	210.000,00
Manutenção dos Conselhos de Direitos	92.000,00
Administração da SEMTCAS	23.661.430,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1	37.944.300,00
2. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Centro Dia de referência para pessoa com deficiência em situação de dependência e suas famílias	790.000,00
Identificação e enfrentamento do trabalho infantil - PETI	422.307,00
Inclusão produtiva das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica	319.413,00
Revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC	103.320,00
Programa BPC na Escola – capacitação e aplicação de questionário	1.066.307,00
Construção, Equipagem e reforma de Unidades de atendimento da PSE	2.320.000,00
Construção, Equipagem e reforma de Unidades de atendimento da PSB	1.415.000,00
Implantação/manutenção do Programa ACESSUAS Trabalho	816.000,00
Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	584.600,00
Piso fixo de média Complexidade - CREAS	2.027.500,00
Piso Básico Fixo - CRAS	3.238.500,00
Bolsa Família/IGD	3.813.000,00
Piso de Transição de Média Complexidade – PCD e Idosos	634.000,00
Piso de Alta Complexidade I – Crianças, adolescentes e idosos	1.657.000,00
Piso de Alta Complexidade II – População de rua	1.616.500,00
Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial	126.500,00
Vigilância Socioassistencial e Publicização dos direitos e ações do SUAS	98.910,00
Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Piso Básico Variável)	7.518.682,00
Manutenção dos Conselhos de Assistência Social	58.897,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2	28.626.436,00
3. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	868.900,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 3	868.900,00
4.FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Gestão do Fundo Municipal dos direitos da Pessoa com deficiência	30.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4	30.000,00
ORÇAMENTO TOTAL DA SEMTCAS	67.469.636,00



QUADRO 2 - PREVISÃO DE RECURSOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL - PERÍODO 2015/2017 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

Iniciativa: Administração da SEMTCAS					
Ação: Administração da SEMTCAS					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	29.734.523,00	0,00	78.890,00	0,00	29.813.413,00
2016	32.707.975,30	0,00	86.779,00	0,00	32.794.754,30
2017	35.978.772,83	0,00	95.456,90	0,00	36.074.229,73
Iniciativa: Construção, equipagem e reforma de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e demais unidades socioassistenciais					
Ação: Construção, equipagem e reforma de CRAS, CREAS e demais unidades socioassistenciais					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	610.000,00	100.000,00	274.957,00	1.700.000,00	2.684.957,00
2016	671.000,00	110.000,00	302.452,70	1.870.000,00	3.248.797,97
2017	738.100,00	121.000,00	332.697,97	2.057.000,00	3.573.677,76
Iniciativa: Proteção Social Básica a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social em Teresina					
AÇÕES: Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social por meio dos CRAS, Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos; Atendimento a famílias em situação de pobreza e sob riscos circunstanciais; Apoio técnico e financeiro a entidades de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade e risco; Assessoramento técnico/ Subvenções Sociais; Benefícios Eventuais; Restaurante Popular; Qualificação social e profissional de trabalhadores; Revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC; Programa BPC na Escola – capacitação e aplicação de questionário; Manutenção do Programa ACESSUAS Trabalho.					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	8.219.918,00	11.004.320,00	0,00	0,00	19.224.238,00
2016	9.041.909,80	12.104.752,00	0,00	0,00	21.146.661,80
2017	9.946.100,78	13.315.227,20	0,00	0,00	23.261.327,98
Iniciativa: Capacitação Continuada de técnicos, gestores, co-gestores, conselheiros e entidades da rede socioassistencial					
AÇÕES: Capacitação Continuada de técnicos, gestores, co-gestores, conselheiros e entidades da rede socioassistencial					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	30.454,00	0,00	0,00	0,00	30.454,00
2016	33.499,40	0,00	0,00	0,00	33.499,40
2017	36.849,34	0,00	0,00	0,00	36.849,34
Observação: essa iniciativa corresponde à previsão orçamentária com recursos próprios da PMT. No entanto, a capacitação continuada de técnicos, co-gestores, conselheiros e entidades da rede socioassistencial ocorre sobretudo com recursos federais dentro de cada piso/ modalidade de atendimento, inclusive respeitando o percentual mínimo de 3% do IGD-SUAS e IGD-Bolsa Família para o custeio das ações do CMAS.					
Iniciativa: Cadastramento de famílias no CadÚnico e acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF, com articulação intersetorial para inserção das egressas em programas de microcrédito					
AÇÕES: Gestão do CadÚnico e do Programa Bolsa Família (PBF) - Índice de Gestão Descentralizada – Bolsa Família					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	91.000,00	3.930.000,00	2.000,00	900.000,00	4.923.000,00
2016	100.100,00	4.323.000,00	2.200,00	990.000,00	5.415.300,00
2017	110.110,00	4.755.300,00	2.420,00	1.089.000,00	5.956.830,00



QUADRO 3 - PREVISÃO DE RECURSOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL - PERÍODO 2015/2017 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

Iniciativa: Executar as ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados					
AÇÕES: Centro Dia de referência para pessoa com deficiência em situação de dependência e suas famílias ; Identificação e enfrentamento do trabalho infantil – PETI; Atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco ou com direitos violados por meio dos CREAS; Apoio a entidades de atendimento a Pessoas com Deficiência - PCD e Idosos; Apoio técnico e financeiro a entidades de atendimento às situações de violações de direitos; Manutenção do Centro de Referência em Direitos Humanos; Prevenção e Enfrentamento ao Crack e outras drogas.					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	6.763.476,75	4.158.470,00	32.000,00	10.000,00	10.963.946,75
2016	7.439.824,42	4.574.317,00	35.200,00	11.000,00	12.060.341,42
2017	8.183.806,86	5.031.748,70	38.720,00	12.100,00	13.266.375,56
Iniciativa: Serviço de Acolhimento Institucional a pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos					
AÇÕES: Serviço de Acolhimento Institucional a pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	3.753.000,00	2.982.000,00	95.500,00	0,00	6.830.500,00
2016	4.128.300,00	3.280.200,00	105.050,00	0,00	7.513.550,00
2017	4.541.130,00	3.608.220,00	115.555,00	0,00	8.264.905,00
Iniciativa: Implantação, manutenção e qualificação de Conselhos Tutelares					
AÇÕES: Implantação, manutenção e qualificação de Conselhos Tutelares					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	214.764,75	0,00	60.000,00	0,00	274.764,75
2016	236.241,22	0,00	66.000,00	0,00	302.241,22
2017	259.865,34	0,00	72.600,00	0,00	332.465,34
Iniciativa: Manutenção e qualificação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e dos Conselhos de Direitos (CMDCAT, CONADE-TE, CMDI, LGBT)					
AÇÕES: Manutenção e qualificação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e dos Conselhos de Direitos (CMDCAT, CONADE-TE, CMDI, LGBT)					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	125.163,50	75.000,00	46.000,00	30.000,00	276.163,50
2016	137.679,85	82.500,00	50.600,00	33.000,00	303.779,85
2017	151.447,83	90.750,00	55.660,00	36.300,00	334.157,83
Iniciativa: Gestão institucional do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)					
AÇÕES: Gestão institucional do Sistema Único da Assistência Social (SUAS); monitoramento e vigilância socioassistencial					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	38.600,00	802.000,00	31.910,00	300.000,00	1.172.510,00
2016	42.460,00	882.200,00	35.101,00	330.000,00	1.289.761,00
2017	46.706,00	970.420,00	38.611,10	363.000,00	1.418.737,10
Iniciativa: Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente					
AÇÕES: Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	138.700,00	672.500,00	10.690,00	143.000,00	964.890,00
2016	152.570,00	739.750,00	11.759,00	157.300,00	1.061.379,00
2017	167.827,00	813.725,00	12.934,90	173.030,00	1.167.516,90
Iniciativa: Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência					
AÇÕES: Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	136.500,00	652.500,00	10.690,00	143.000,00	942.690,00
2016	150.150,00	717.750,00	11.759,00	157.300,00	1.036.959,00
2017	165.165,00	789.525,00	12.934,90	173.030,00	1.140.654,90

**QUADRO 4 - PREVISÃO DE RECURSOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL - PERÍODO 2015/2017 - PLANO PLURIANUAL (PPA)**

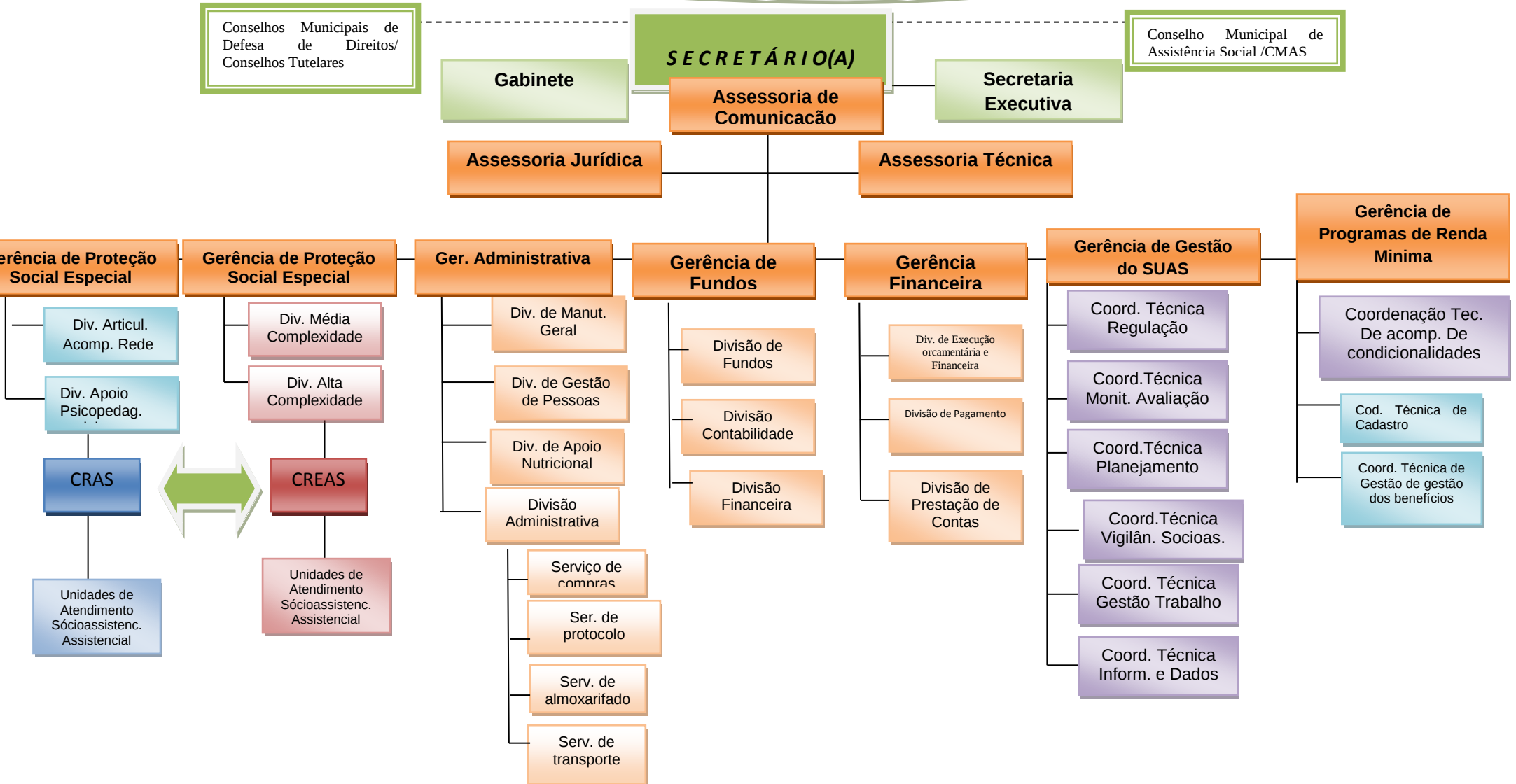
Iniciativa: Implantação, manutenção e qualificação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa					
AÇÕES: Implantação, manutenção e qualificação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	136.500,00	652.500,00	10.690,00	143.000,00	942.690,00
2016	150.150,00	717.750,00	11.759,00	157.300,00	1.036.959,00
2017	165.165,00	789.525,00	12.934,90	173.030,00	1.140.654,90
Iniciativa: Elaboração de projetos, estudos e pesquisas sobre a assistência social					
AÇÕES: Elaboração de projetos, estudos e pesquisas sobre a assistência social					
Ano	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total dos Recursos
	Próprios	Outras Fontes	Próprios	Outras Fontes	
2015	50.000,00	700.000,00	0,00	0,00	750.000,00
2016	60.500,00	770.000,00	0,00	0,00	830.500,00
2017	66.550,00	847.000,00	0,00	0,00	913.550,00

Quadro Resumo – Recursos previstos para a Assistência social – Período 2014-2017

ANO	RECURSOS
2014	67.469.636,00
2015	79.794.217,00
2016	88.074.483,96
2017	96.881.932,34



12. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social será coordenado pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social, com a participação efetiva do CMAS, visando o/a :

- Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização da rede socioassistencial de abrangência municipal;
- Sensibilização e informação junto às entidades que atuam na área da assistência social e não estão inscritas no CMAS;
- Acompanhamento às entidades com inscrição no CMAS em situação regular e irregular;
- Acompanhamento aos serviços públicos da área de assistência social.

Mediante uma ação articulada entre profissionais da SEMTCAS e Conselheiros das políticas de assistência social, o processo de monitoramento e avaliação ocorrerá dentro do que compete a cada uma das instâncias e sujeitos envolvidos. As técnicas e instrumentos utilizados constarão de visitas, entrevistas, reuniões, e registros em relatórios, além de orientações no sentido de assegurar um padrão básico de qualidade.

Para mensurar a eficiência, eficácia e efetividade deste plano, serão considerados os indicadores estabelecidos em cada serviço, benefício, programa ou projeto, além de indicadores de abrangência da rede de proteção social por eixo de atenção, quais sejam:

EIXO 1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS

INDICADORES
% de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade com cobertura da Proteção Social Básica nos 17 (dezessete) territórios em relação à meta anual do PAIF.
% de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade identificadas através do CADÚNICO em relação às pessoas/famílias com cobertura da Proteção Social Básica nos 17 (dezessete) territórios.
% de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade incluídas no Programa Bolsa Família em relação ao nº de pessoas/famílias identificadas através do CAD ÚNICO.
% de participação de famílias nos espaços de proteção social básica nos territórios.
Grau de transformação na vida das famílias por meio de ações de PSB, conforme o Índice de Desenvolvimento de Família – IDF*.

*Índice adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

EIXO 2 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DO SUAS

INDICADORES
% de pessoas/famílias com direitos violados em razão de violência, discriminações, maus tratos, trabalho infantil e outras, atendidos nos CREAS e unidades da rede socioassistencial.
% de pessoas/famílias moradoras de rua, em abandono ou sem referência, atendidos em abrigos, albergues, com cobertura da proteção social especial.



% de participação de famílias e comunitários nos espaços de proteção social especial /CREAS – abrigos, IIPI's, Casa de Passagem.
Grau de transformação na vida das famílias por meio de ações de proteção social especial, conforme o Índice de Desenvolvimento de Família – IDF*.
% de redução dos índices de violação de direitos/situação de rua em Teresina por ampliação da cobertura da rede de proteção social especial.
% de campanhas de enfrentamento a violação de direitos realizados junto à sociedade;
Grau de gestão de ações e serviços destinados aos usuários da rede socioassistencial especial ;
% de eventos de capacitação/formação dos trabalhadores do SUAS

***Índice adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**

EIXO 3 – APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS

INDICADORES
% de unidades e serviços existentes, por nível de complexidade, em relação às necessidades de cobertura da rede socioassistencial.
% de entidades caracterizadas como de assistência social, segundo critérios definidos pelo CMAS, em relação ao nº de entidades que pleiteiam inscrição junto ao Conselho.
% de entidades e unidades cadastradas e caracterizadas quanto à estrutura física e quadro técnico, em relação ao nº de entidades e unidades que compõem a rede socioassistencial.
Grau de implementação do Banco de Dados do CadÚnico de forma que favoreça a análise da realidade socioeconômica dos Usuário do SUAS
% de pessoas/famílias com acesso a informações sobre os direitos e serviços Socioassistenciais em relação às potenciais usuárias do SUAS.
Grau de estruturação técnica e operacional dos conselhos municipais em relação às necessidades identificadas.
% de recursos humanos e Usuários capacitados nos eixos estruturantes: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Controle Social.

EIXO 4 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

INDICADORES
% de unidades com acesso a sistemas informatizados de fluxos e controles administrativos internos, em relação ao nº de unidades vinculadas à SEMTCAS.
Nível de agilidade e efetividade de procedimentos administrativos em função dos prazos estabelecidos e resultados esperados das ações.
% de unidades e serviços com estrutura adequada de funcionamento, por tipo de ação, em relação ao nº de unidades e serviços integrantes da rede socioassistencial.
% de aplicação de recursos financeiros em relação à dotação orçamentária.



14 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

- Programas e serviços implantados atendendo com eficiência as famílias em situação de vulnerabilidade e risco;
- Conselhos Municipais fortalecidos;
- Serviços de inserção dos beneficiários da política de assistência social na rede socioassistencial e intersectorial de serviços amplamente divulgados;
- Sistema de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social implementado e funcionando de modo eficaz;
- Geração de renda/inclusão profissional de jovens e adultos no mercado de trabalho;
- Políticas setoriais integradas e ampliadas;
- Diagnóstico das famílias com crianças e adolescentes em situação de risco construído;
- Redução do número de pessoas e famílias em situação de extrema pobreza.

15 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE TERESINA

A rede socioassistencial de Teresina é composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pela SEMTCAS ou em parceria com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social em Teresina.

Para execução das ações de Proteção Social Básica a SEMTCAS dispõe 17 CRAS – Centros de Referência de Assistência Social; 19 Núcleos Municipais de Atendimento Intergeracional, além de 20 Unidades conveniadas, totalizando, assim 56 Unidades da rede de Proteção Social Básica. .

Para execução das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade a SEMTCAS possui 04 (quatro) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, 01 Centro de Referência para População em Situação de Rua – Centro Pop, 01 Centro de Referência em Direitos Humanos, 01 Unidade Socioassistencial para fortalecimento de vínculos. Conta, ainda com 05 Unidades de atendimento conveniadas.

Para realização das ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade a SEMTCAS tem como suporte 01 Albergue para pessoas adulta em situação de rua, 01 abrigo institucional para adolescentes e 03 Unidades Conveniadas para atendimento a pessoas idosas e 01 Comunidade Terapêutica para atendimento a usuários de substâncias psicoativas.

**13.1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Nº Ord.	PORTA DE ENTRADA	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
01	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Norte I	CRAS NORTE I	Rua Maria Veneranda, 5639/ Santa Maria da Codipi. 3215-4155	Lucélia de Oliveira Silva
		NAI WALL FERRAZ	Rua: Maria Venerada, 5639 / Santa Maria da Codipi. 3215-9325	José Roberto de O. Silva
02	CRAS Norte II	CRAS NORTE II	Rua: Teodoro Castelo Branco, s/n Mafrense. 3217-4258	Zeneide Lopes Sousa Barros
		Projeto PAI	Rua Presidente Lincoln, 4791 / São Joaquim	Risalva Araújo Lima
		NAI Matadouro	Rua: Antônio Pedro, s/n Matadouro. 3217-3844	Leovan Campelo Pintos
		Escola Aberta	Rua Arlindo Nogueira, s/n Centro.	Verônica Leal
		Centro de Convivência Marly Sarney	Rua: Jônatas Batista, 1159 Centro. 3222-4728	Katiana de Sousa Santos
03	CRAS Norte III	CRAS NORTE III	Rua Bárbara de Menezes s/n – Vila São Francisco Norte Próximo a Horta Comunitária	Suelênia de Deus Barros
04	CRAS Norte IV	CRAS NORTE IV	Estrada da Fazenda Soares PI 112 Estrada que liga Teresina a União 3234-8223	Maria da Conceição Freitas de C. Santos
05	CRAS Sul I	CRAS Sul I	Rua Alto da Floresta, s/n, Loteamento Porto Alegre II 3219-2763	Daniela Cristina de Oliveira Braga
		NAI Cidadania	Rua: Padre Cícero, 3551 Vila São Francisco Sul 3227-8697	Maria do Socorro Ribeiro
06	CRAS Sul II	CRAS Sul II	Avenida Madre Paulina, 2250 Vila Irmã Dulce. 3215-4214	Weverton de Sousa
		Jornada Ampliada Vila Irmã Dulce	Avenida Madre Paulina, 2250 / Vila Irmã Dulce 3215-4214/ 9448-0357	Carmem Lúcia Silva de Mesquita Vieira
		NAI Km 7	Rua Rita de Cássia s/n Km 07 3211-1537	Francisca das Chagas O. Mendes
		Jornada Ampliada Vila Irmã Dulce	Avenida Madre Paulina, 2250 / Vila Irmã Dulce 3215-4214/ 9448-0357	Carmem Lúcia Silva de Mesquita Vieira
		NAI Km 7	Rua Rita de Cássia s/n Km 07 3211-1537	Francisca das Chagas Oliveira Mendes
07	CRAS Sul III	CRAS Sul III	Rua: 63, 2050 / Promorar 3220-5405	Milce Borges da Silva
		NAI Promorar	Rua 63, 2050 / Promorar 3220-1384	Katiuça Barbosa Jovino da Silva
08	CRAS Sul IV	CRAS Sul IV	Rua: Heráclito de Sousa, 553 / Monte Castelo 3218-1363	Mardionisia Rocha
		NAI Cidade Nova	Rua Venezuela, 1835- Cidade Nova 3218-4983/9812-7987	Lúcia Abreu
		NAI Monte Castelo	Rua: Heráclito de Sousa, 553 / Monte Castelo 3218-1543	Maria do N. Sousa Lima
		Casa de Metara	Rua São Raimundo S/N em frente a Qd N C 13 /Redenção - 32159316	Risalva Araújo Lima
		Centro de Convivência Lineu Araújo	Rua Magalhães Filho s/n -Centro 3215-9100	Francisca Margarete Neres Batista
		Jornada Ampliada do Belo Vista	Rua: Líbano, 5851 / Planalto Bela Vista	Ana Célia Paiva Ferraz
09	CRAS Sudeste I	CRAS Sudeste I	Rua: Bernardo da Paz, s/n Extrema 3215-7648	Edna Pereira da Silva
10	CRAS Sudeste II	CRAS Sudeste II	Rua 09, 2539 / Dirceu I 3236-5254	Ana Carolina Calixto de Moraes
		NAI Dirceu	Rua: 09, 2539 / Dirceu I 3236-5254	Veruska Antão Bezerra
11	CRAS Sudeste III	CRAS Sudeste III	Qd-J / C – 21 / Residencial Todos os Santos	Kânia Maria de Sousa Brito
		NAI Monte Horebe	Rua Canastra, 2714 / Monte Horebe 3236-9512	Marieta Alves da Silva Araújo



Nº Ord.	PORTA DE ENTRADA	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
12	CRAS Sudeste IV	CRAS Sudeste IV	Rua 02, 1040 / Usina Santana (Rural) 3235-9648	Teresinha de Sousa Henrique
13	CRAS Leste I	CRAS Leste I	Rua Timorante, 8323 / Vila Anita Ferraz – Cidade Jardim 3215-9215	Lígia Monteiro Serra
		NAI Cidade Jardim	Rua Salitre, 7286 / Cidade Jardim 3234-5096	Luciana Janaina Ferreira de Sousa
14	CRAS Leste II	CRAS Leste II	Rua 14, 5111 / Residencial Vila Maria 3231-4211	Maria do Carmo Ferreira
		NAI Bandeirante	Rua 14, 5111 / Residencial Vila Maria 3215-9333	Elisângela Helena Pereira da Silva
15	CRAS Leste III	CRAS Leste III	Rua Santa Inês, 7736 / Vila Santa Bárbara 3234-5573	Welide Rodrigues de Oliveira Nascimento
		Jornada Ampliada do Planalto Uruguai	Rua 18, 6519 / Planalto Uruguai	Maria dos Remédios Figueiredo Mesquita Machão
16	CRAS Leste IV	CRAS Leste IV	Rua Basílio Bezerra, 2639 / Planalto Ininga	Patrícia Maria Medeiros Costa
		Jornada Ampliada do Planalto Ininga	Rua Álvaro Martins, 1881 / Planalto Ininga	Conceição de Maria Rocha Oliveira
17	CRAS Leste V	CRAS Leste V	Sítio Santa Inácia – PI / 112, Km 11 / Santa Teresa	Fabrica Lahis Vieira
CONVENIADAS				
Nº Ord.	UNIDADES DE ATENDIMENTO		ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
01	Ação Social Arquidiocesana-ASA		Av. Frei Serafim, 3200 Centro 2106-1855	Iolanda Avelino de Carvalho Sá
02	Associação Comunitária do Planalto Santa Fé (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Rua Araruna, 8157 Planalto Santa Fé 3211-2361	Ernande de Sousa
03	Associação dos Amigos do Bairro Itaperu e Adjacências (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Idoso)		Rua Governador Artur de Vasconcelos, s/n 3214-2847	Teresa Rodrigues de Sousa
04	União do Movimento Comunitário da Região do Grande SOCOPO-UNESOCOPO (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Rua Cantagalo, 2199 Cidade Jardim 3237-3604	Patrício Guilherme Alves de Sousa
05	Associação do Movimento Busca de Soluções(Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Idoso)		Quadra-14 Casa- 19 Bairro Parque Piauí	Maria de Jesus Soares Diocesano
06	Fundação Padre Antônio Dante Cívico-FUNACI(Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Rodovia PI 112 Km 09 SOCOPO 3237-0611	Maria do Livramento Dias Nascimento
07	Centro Social Satélite(Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Rua Telegrafista Sebastião Portela, s/n Bairro Satélite 3233-6185	Lúcia Helena Coelho Sepúlveda
08	Conselho Comunitário do Bairro Água Mineral (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Rua Trindade Junior, 362, Água Mineral. 3217-7884	José Ailton Luiz França
09	Fundação Mário de Alencar Freitas(PROJOVEM Adolescente)		Rua Álvaro Mendes, 1915 sala 02 Centro 3222-4835	Antônio Carlos Oliveira Santos
10	Grupo de Mulheres do Conjunto PROMORAR Sul(Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/Família)		Q-30 Lote – 12 Casa- A PROMORAR Sul 3211-8389	Maria de Jesus Lima
11	Centro da Juventude Santa Cabrini		RUA SÃO VALENTINO, 7790 V.I.	Denise Alves Morra
12	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teresina - APAE		Rua Desembargador José Messias, 1158 B. Primavera.	Ângela Maria Gomes de Sousa

Nº Ord.	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
13	Associação dos Amigos Autistas do Piauí - AMA	Rua Jose Clemente Pereira, S/N B. Primavera	Aldine Mesquita
14	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA	Rua Jonatas Batista, 1159 Centro Norte	Regina Mary Machado de Caldas Brito Lima
15	Associação dos Cegos do Piauí - ACEP	Rua Beneditinos, 537B. São Pedro	Janilton Marques Bastos
16	Fundação São Lucas	Av. Dr. Nicanor Barreto, 5280 B. Vale Quem Tem.	Liliane Costa Rebelo
17	Casa Frederico Ozanam	Rua Desembargador Pires de Castro, 2137 Primavera.	Lilam Maria de Sousa
18	Associação Divina Providência	Rua Farmacêutico João Carvalho, 4499 B. Morada do Sol	Ivaldênia Leal Pedrosa
19	Fazenda da Paz	Rua São Pedro, 1841 Centro Sul	Eneida Maria Medeiros Lustosa
20	Cáritas Brasileiras Regional do Piauí	Rua Agnelo Pereira da Silva, 3135 B. São João	Maria Hortênsia Mendes de Sousa

13.2 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

13.2.1 - MÉDIA COMPLEXIDADE

Nº Ord.	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
01	Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS Norte	Rua Desembargador Pires de Castro, 631 Centro/Norte 3223-5455	Andyara Andrade Cavalcante
02	CREAS Leste	Rua Tabelião José Basílio, 2056 - Fátima. 3215-9330	Ana Benedita
03	CREAS Sudeste	Rua Canastra, 2701 Monte Horebe	Martha Sérgia Carvalho
04	CREAS Sul	Rua João Virgílio, 1414 Vermelha.	Ângela Chantal
05	Centro POP	Rua Álvaro Mendes, 1801 Centro 3215- 9317	Joyce Mesquita
06	Centro de Referência em Direitos Humanos	Rua Álvaro Mendes, 1801 Centro 3215- 9317	Maria Carina C. Melo
07	Casa de Zabelê (Atendimento sócio-educativo a crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de abuso/exploração sexual)	Av. Pedro Freitas, s/n, Vermelha 3215-9320 /3215-9321	Carla Simone Miranda Borges
Conveniada			
01	Liberdade Assistida Comunitária-LAC (Acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas)	Av. Frei Serafim, 3200, Centro 2106-1850 /2106-1868	Iolanda Avelino de Carvalho Sá
02	Associação dos Cegos do Piauí- ACEP (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/ Pessoa Com Deficiência)	Rua Beneditinos, 537, São Pedro 3218-2556	Janilton Marques Bastos
03	Associação de Amigos dos Autistas- AMA (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/ Pessoa Com Deficiência)	Av. Marechal Castelo Branco, 1113, Ilhotas 3222-3644	Jose de Ribamar Lima Barros
04	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/ Pessoa Com Deficiência)	Rua Desembargador José Messias, 1158, Piçarra 3222-7925	Ângela Maria Gomes de Souza Gaioso
05	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos- APADA (Núcleo de Convivência Intergeracional-NUCI/ Pessoa Com Deficiência)	Rua Jônatas Batista, 1159, Centro 3232-3549	Regina Mary Machado Caldas Brito de Lima



PREFEITURA DE TERESINA

13.2.2 - ALTA COMPLEXIDADE

Nº Ord	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
01	Casa de Punaré(Acolhimento Institucional para Adolescentes do sexo masculino)	Rua Monteiro Lobato,1255, Parque Alvorada 3213-9611	Júlio César Silva de Sá Nascimento
02	Casa do Caminho (Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias)	Rua Félix Pacheco,1547, Centro 3222-2746	Luís Alves Brandão
CONVENIADAS			
01	Fundação Abrigo São Lucas (Acolhimento Institucional para Idosos)	Av. Dr. Nicanor Barreto, 2580, Estrada da Cacimba Velha. 3231-3733	Liliane Costa
02	Casa Frederico Ozana (Acolhimento Institucional para Idosos)	Rua Desembargador Pires de Castro, 2137, Primavera 3223-0018.	Lilia Maria de Sousa
03	Casa de Acolhimento São José(Acolhimento Institucional para Idosos)	Rua Farmacêutico João Carvalho,4499, Morada do Sol 3232-1113	Maria Francisca Teresa N. C. Pedrosa
04	Comunidade Terapêutica Fazenda da Paz (Atendimento a usuários de Substâncias Psicoativas)	Edifício Paulo Sexto- Av. Frei Serafim, 3200, Centro 3221-5995 3226-1422. Fazenda Estrada do Povoado Castelo- MA	Célio Luís Barbosa

16 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Presidência da República: Brasília, 2011.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS: Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS: Brasília, 2005.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: Brasília, 2009.

_____. **Pesquisa Nacional Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS: Brasília, 2008.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Diagnóstico dos territórios de CRAS e CREAS. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS.Teresina-PI, SEMTCAS: Teresina,2012.



PREFEITURA DE TERESINA